



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Fabrício Gonçalves Ferreira

**Trabalho, mulheres quilombolas e território: Desafios e caminhos para proposição de
uma outra lógica laboral**

Brasília

2025

Fabrício Gonçalves Ferreira

**Trabalho, mulheres quilombolas e território: Desafios e caminhos para proposição de
uma outra lógica laboral**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Clínica e
Cultura do Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília, como requisito
parcial para obtenção do título de mestre
em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Antloga.

Co-orientadora: Profa. Dra. Cláudia de
Oliveira Alves.

Brasília

2025

**Trabalho, mulheres quilombolas e território: Desafios e caminhos para proposição de
uma outra lógica laboral**

Dissertação avaliada pela banca examinadora constituída por:

Profa. Dra. Carla Antloga (Presidente)

Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Lêda Gonçalves de Freitas (Membro)

Universidade Católica de Brasília (UCB)

Profa. Dra. Chirlene Oliveira de Jesus Pereira (Membro)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Profa. Dra. Ana Luísa Coelho Moreira (Suplente)

Ministério da Igualdade Racial (MIR)

Às mulheres quilombolas de Mesquita que inspiraram esta pesquisa e escrevem rumos para uma outra lógica laboral. Aos territórios quilombolas que seguem resistindo à lógica capitalista. Às mulheres negras da minha família, em especial minha mãe Ângela Maria, minha avó Maria do Rosário, minhas tias Mércia Regina e Aparecida de Fátima.

Agradecimentos

Agradeço aos Territórios Quilombolas brasileiros, em especial ao Quilombo de Mesquita, pelo compromisso em seguir radicalizando contra as investidas exploratórias, produtivistas e aviltantes do sistema capitalista.

À Flávia Costa, Cacilda Brasil, Sandra Braga e Manoel Neres, mulheres quilombolas e aquilombado, que viabilizaram minha chegada ao território, possibilitaram ensinamentos e produziram brechas fundamentais para esta pesquisa.

À Profa. Carla Antloga, por aceitar compor esse processo de pesquisa, pelo acolhimento e aprendizado. Obrigado pelas orientações e sugestões propostas.

Às colegas e pesquisadoras do Grupo Psicodinâmica do Trabalho Feminino (Psitrafem), em especial a Mariana Escrivão, Janaína Simon, Eliane Domingues, Tainá Neves e Iany Brum, por escutarem, partilharem e provocarem ótimas reflexões sobre esta escrita.

À Profa. Cláudia, por aceitar co-orientar este estudo e por toda a generosidade na leitura, escrita, considerações e orientação. Obrigado por investir e “financiar” os desejos e desafios desta pesquisa.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Interseccionalidade e Saúde Mental (NEPRINS), grupo que teceu, costurou e bordou considerações fundamentais para este estudo.

À NILÈ, espaço-casa que se fez lar durante o processo de escrita. Obrigado, Profa. Cláudia, Alice, Izabella, Lucília, Luiza, Júlia, Sophia, Verônica, Ruan, Vítor e Lucas. Vocês são muito especiais. É bom saber que a Psicologia tem vocês. Mais que urgente, ela precisa de profissionais éticos e radicais produzindo brechas. Vocês são brechas.

À Articulação Nacional de Pesquisadores e Psicólogas(os) Negras(os) (Anpsinep-DF), em especial a Franciele, José e Lenir. Vocês compõem o que há de mais precioso em uma relação coletiva: a escuta. Vocês são uma existência radical e um protesto organizado (Moura, 2001).

Ao Ressignificando Vivências Raciais (REVIRA), em especial a Marizete Gouveia, João Paulo e Felipe Rosa, por articularem propostas de escuta, acolhimento, saúde e vida para jovens negros universitários.

À minha turma de estágio de Tópicos em Psicologia Social Aplicada. Obrigado por permitirem que, no percurso da disciplina, eu fosse acolhido e por possibilitarem a elaboração dos desafios de ser um jovem gay, preto e pobre lecionando em uma instituição envolta em contradições. Como eu disse, vocês foram [são] especiais.

À minha família, em especial ao meu afilhado, João Miguel, a Maria Eduarda e a Victor Lucas, jovens negros, frutos de uma geração que tem aberto fissuras nos ideais rígidos e intocáveis da cultura brasileira.

Ao Felipe, meu amor e companheiro de vida. Obrigado por sustentar, junto comigo, as angústias, medos, dificuldades e contradições do mestrado. Sua companhia me alegra e me dá chão para travessias que eu nem imaginava serem possíveis.

Ao meu amigo Igo, um companheiro que a vida acadêmica me proporcionou. Parceiro de almoços, cafés, reflexões profundas e boas risadas. Obrigado por me auxiliar nessa caminhada, meu querido. Ter um nome que rima com "amigo" não é coisa pouca, e de coisa pouca não entendemos nada.

Às minhas amigas Mayra e Melissa. Mayra, que me acompanha desde que tenho 4 anos de idade, e Melissa, que me amadrinhou na graduação. Obrigado por, mesmo com tanto tempo, desejarem continuar esta caminhada.

Aos meus queridos do coração e da vida – Gustavo, Larissa, Olga, Lídia, Natália e Laurisse –, por manterem firme e sadio, mesmo à distância, os frutos de uma boa amizade.

À minha analista, Viviane Tonaco. Obrigado pela escuta e pelo cuidado que, há mais de sete anos, têm produzido brechas para uma vida de muitos desejos.

À Jóice Vinhal e Neiva de Oliveira, pelo desempenho na representação discente e por conduzirem propostas e perspectivas para a promoção de um percurso digno na Pós-Graduação.

Às professoras Lêda de Freitas, Chirlene Pereira e Ana Luísa Moreira, por aceitarem o convite para participar desta banca. A atuação de vocês representa um compromisso ético-político-social de extrema importância para o campo do trabalho, da saúde, da subjetividade e da dignidade humana. Enquanto mulheres negras, vocês desorientam as colônias contemporâneas e situam novos panoramas de emancipação da mulher negra.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado que financiou esta pesquisa.

A todas(os) que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste percurso, o meu muito obrigado.

*Não lavarei minhas mãos com água doce ou salgada.
Tenho as mãos para outras coisas,
Não as desejo lavadas.*

*Minhas mãos podem estar sujas de terra, barro e azeite:
São vestígios das ações num mundo de boca amarga.
Não sou Pilatos. Prefiro errar, porém no meu erro
Mostrar que penso na ação.*

*As mãos são fios nervosos,
Condutos do coração.
São antenas dirigidas
Ao sol que brilha no céu.*

*As mãos sujas e calosas marcham juntas, são milhões, milhões de mãos que desejam
Se irmanarem ao coração.*

*Não lavarei minhas mãos em bacia de platina:
Quero-as sujas, mas presentes
Na hora que se aproxima.*

(Anti-Pilatos - Clóvis Moura, 1977 *apud* Konrad, 2007, p. 115)

Resumo

O trabalho no Brasil, enquanto dimensão social e econômica, carrega marcas profundas das dinâmicas de poder que moldaram a história do país. A lógica trabalhista brasileira nasce de uma mobilização colonial que se reatualiza nos territórios negros sob anuência do Estado e de instrumentos científicos como as Psicologias do Trabalho. Nesse sentido, essa dissertação explora as dinâmicas históricas, sociais e culturais dos territórios quilombolas no Brasil, destacando sua relevância na luta pela liberdade e dignidade de pessoas negras, além de refletir sobre sua influência na promoção de justiça social e bem-estar de trabalhadores no Brasil. Os territórios quilombolas, originalmente formados como espaços de resistência ao sistema escravista e erroneamente interpretados como refúgios, são sistemas sociais autônomos que representam alternativas ao modelo opressor, exploratório e produtivista. A partir de dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas ([CONAQ], 2023), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ([IPEA], 2022), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE], 2024) e de revisões bibliográficas (2010-2023), foi possível evidenciar a precariedade enfrentada pelas populações quilombolas, especialmente mulheres negras, no campo laboral. Essa precariedade inclui um processo de desvalorização, sobrecarga, exclusão social e adoecimento, realidade intensificada pelas reformas trabalhistas recentes, pelo racismo estrutural e pelo sexismo. Assim, o objetivo da pesquisa é propor uma análise crítica das relações de trabalho contemporâneas e sugerir uma conexão com os ideais e práticas comunitárias dos quilombos. Para isso, a dissertação foi dividida em três estudos: o primeiro buscou, a partir de uma revisão sistemática, verificar o que artigos científicos apresentavam sobre mulheres quilombolas no campo laboral; em seguida, investigar, a partir do território e de grupos focais, o que mulheres quilombolas têm a dizer sobre trabalho e suas relações com ele; e, por fim, propor uma intersecção entre os princípios quilombolas e os processos teóricos/práticos de psicólogos do trabalho. O percurso evidenciou a importância das mulheres quilombolas no processo de estruturação econômica e social brasileira, bem como demonstrou seu papel fundamental na reestruturação de uma outra lógica trabalhista. A dissertação sugere uma abordagem alternativa para o campo do trabalho, baseada nos princípios quilombistas de coletividade, autonomia e liberdade. Além disso, propõe uma análise crítica das Psicologias do Trabalho, apresentando a adoção de perspectivas quilombolas como uma reorganização social que repense as desigualdades do mundo do trabalho. Por fim, este estudo aponta para a urgência de construção de uma outra laborização, que esteja à serviço da saúde e dignidade de trabalhadores, em confluência com a liberdade e as tradições e saberes afrodiáspóricos.

Palavras-Chave: Trabalho no Brasil, Mulheres Quilombolas, Subjetividade, Liberdade.

Abstract

The concept of work in Brazil, as a social and economic dimension, carries deep marks of the power dynamics that have shaped the country's history. The Brazilian labor logic originates from a colonial mobilization that is continually renewed in Black territories under the approval of the State and scientific instruments such as Work Psychology. In this sense, this dissertation explores the historical, social, and cultural dynamics of quilombola territories in Brazil, highlighting their relevance in the struggle for freedom and dignity of Black people, as well as reflecting on their influence in promoting social justice and the well-being of workers in Brazil. Quilombola territories, originally formed as spaces of resistance to the slave system and erroneously interpreted as mere refuges, are autonomous social systems that represent alternatives to the oppressive, exploitative, and productivity-driven model. Drawing on data from the National Coordination of Articulation of Rural Black Quilombola Communities ([CONAQ], 2023), the Institute for Applied Economic Research ([IPEA], 2022), the Brazilian Institute of Geography and Statistics ([IBGE], 2024), and bibliographic reviews (2010–2023), it was possible to highlight the precarious conditions faced by quilombola populations, especially Black women, in the labor field. This precariousness includes processes of devaluation, overburdening, social exclusion, and illness, a reality intensified by recent labor reforms, structural racism, and sexism. Thus, the research aims to propose a critical analysis of contemporary labor relations and suggest a connection with the ideals and communal practices of quilombos. To this end, the dissertation was divided into three stages: the first sought, through a systematic review, to examine what scientific articles produced about quilombola women in the labor field; subsequently, to investigate, based on territory and focus groups, what quilombola women have to say about work and their relationships with it; and finally, to propose an intersection between quilombola principles and the theoretical/practical processes of work psychologists. The study highlighted the importance of quilombola women in the process of Brazil's economic and social structuring, as well as demonstrated their fundamental role in restructuring an alternative labor logic. The dissertation suggests an alternative approach to the field of work, based on quilombist principles of collectivity, autonomy, and freedom. Furthermore, it proposes a critical analysis of Work Psychology, presenting the adoption of quilombola perspectives as a form of social reorganization that rethinks the inequalities of the labor world. Finally, this study points to the urgency of constructing a different labor system that serves the well-being of workers, aligned with dignity, freedom, and the traditions and knowledge of the Afro-diasporic community.

Keywords: Work in Brazil, Quilombola Women, Subjectivity, Freedom.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)
Anpsinep	Articulação Nacional de Pesquisadores e Psicólogas(os) Negras(os)
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
DF	Distrito Federal
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
NEPRINS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Interseccionalidade e Saúde Mental
Psitrafem	Grupo Psicodinâmica do Trabalho Feminino
PBQ	Programa Brasil Quilombola
REVIRA	Ressignificando Vivências Raciais
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMC	Transtorno Mental Comum
UnB	Universidade de Brasília

Sumário

Carta às leitoras	14
Estudo I – <i>Cultivo</i> - Mulheres quilombolas: Reflexões imprescritas sobre trabalho em uma revisão sistemática de literatura	19
Método	21
Resultados	25
Discussão	27
Considerações finais	36
Referências.....	38
Da academia para o território	45
Estudo II – <i>Podar e regar</i> - Irmãs do marmelo na construção de perspectivas para/por uma outra laborização	47
Método	50
Por que Mesquita?.....	54
Devir trabalho: Discussões para/por uma outra lógica de trabalho	58
Com quem se aprende a trabalhar?	63
Brechas produzidas no/pelo território	68
Considerações finais	71
Referências.....	74
Do território para a academia	80
Estudo III – <i>Semeadura</i> - Psicologia quilombista do trabalho: Caminhos para uma outra atuação de psicólogos(as) do trabalho.....	81
O mundo do trabalho no Brasil	83
Sobre a falência da psicologia do trabalho.....	87

Psicologia quilombista do trabalho: Propostas para um laborar sem penar.....	91
Considerações finais	94
Referências.....	96
Considerações finais da dissertação	99
Apêndice I – Roteiro de condução – grupo focal	101
Anexo I – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	102
Anexo II – Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa.....	103

Carta aos leitores

Cara leitora, caro leitor,

Recentemente estive em território Quilombola Kalunga, mais precisamente em Vão de Almas. Kalunga fica localizado no estado de Goiás (GO) e é, até o momento, o maior território quilombola do Brasil. Lá participei do *VI Encontro de Pesquisadores Quilombolas Kalunga*, foi uma experiência e tanto; pude compreender, materialmente, o que é contracolonialidade. No percurso de ida até a chegada ao território entendi quando Nego Bispo (Bispo dos Santos & Pereira, 2023) nos questiona sobre quem efetivamente está isolado, se são os quilombolas ou o povo da cidade. Decidi ficar com a segunda opção. Obviamente nesse cenário há muito o que ser questionado, constantemente vemos ser reatualizadas as barreiras imputadas pelo sistema colonialista para que os quilombos não aconteçam em sua integralidade. No entanto, ainda que imersos em inúmeras barreiras, eles acontecem e de maneira muito efetiva. Não à toa, há centenas de anos, radicalizando todas as formas que buscam extirpar a liberdade do povo negro.

Eu sou mineiro, nascido e criado em Paracatu (MG), cidade da riqueza, de uma culinária infalível, mas de muitas contradições. Minha família é uma família pobre. A única herança que adquirimos foi o diagnóstico de uma hipertensão precoce. Minha avó, desde que a conheci; minha mãe, aos 25; minha tia Regina, aos 26; e eu, também aos 26. Embora minha avó tenha nascido alguns bons anos após o período de “abolição da escravatura”, esteve imersa no regime escravista durante toda a vida. Foi entregue aos cuidados de outra família ainda jovem. Trabalhou como doméstica a vida inteira. Minha mãe herdou este cargo e minhas tias também. Tenho guardado comigo uma foto de minha mãe segura duas crianças brancas, branquíssimas, no colo. Pequeno, eu achava que era uma foto qualquer. Adulto, pude entender melhor a dimensão e o que a foto significava. Minha mãe faleceu cedo, ela tinha 38 anos de idade e eu

6. Ela faleceu no parto. Há quem diga que tenha sido por eclâmpsia. Hoje me pergunto se não foi por negligência médica. Às vezes me pergunto se ela estaria presente hoje caso não fosse uma mulher negra e pobre. Às vezes me pergunto se ela poderia ter acompanhado minha caminhada no mestrado se não fosse uma mulher negra e pobre. Às vezes me pergunto se ela poderia partilhar comigo o desejo de ser avó, se não fosse uma mulher negra e pobre. Às vezes me pergunto um montão de coisas. E é com essas perguntas que fui podendo caminhar, elaborar, investigar e pesquisar.

Como psicólogo e estudante de psicanálise, eu trabalho com a fala. Mais a de quem me procura do que a minha propriamente. Costumamos dizer em psicanálise que é pela fala que muita coisa se resolve. Nem tudo, talvez menos do que imaginamos. Obviamente, falar não está restrito à verbalização, presença de som. Às vezes, desenhar, colorir, bordar ou até mesmo ficar em silêncio dirá muito. Eu tenho dito – em escrita e pesquisando. Acho que é o que permite com que eu elabore um bocado de coisas na minha vida. Da morte de minha mãe à morte de meu pai, também muito jovem. Tinha 47 anos. Uma partida não ocasionada por uma hipertensão diagnóstica, mas por uma hiper-tensão subjetiva. Sufocante.

Minha família é uma família comum. Pessoas que trabalham, sonham e idealizam. E que bom que idealizam. O sonho de minha tia Regina é ver sua casa finalizada, com os muros rebocados, as paredes pintadas. De minha tia Aparecida é ter um apartamento, nada grande, que caiba ela e os poucos sonhos da vida. O meu, bem, é comprar uma casa, ter um quintal, um jardim, sair do aluguel. Não coincidentemente o sonho dos três envolve uma casa, um espaço, um lugar. Não porque estejamos na rua, desamparados, mas talvez porque há séculos buscamos um lugar, um território, um espaço para além do trabalho.

Nesse sentido, na busca de um lugar e de um espaço para além do trabalho, nasce o desejo por estudar as intersecções entre trabalho e quilombos. A formação das comunidades quilombolas no Brasil representou uma resposta vital e emancipatória das pessoas escravizadas

em busca de liberdade e dignidade. Conforme argumenta Abdias Nascimento (2020), os quilombos surgiram como uma organização social autônoma, consolidada pelas fugas dos cativeiros e pela resistência contra o sistema escravocrata. Contudo, a narrativa predominante sobre os quilombos os reduz a simples refúgios, negligenciando sua relevância como espaços de produção cultural, economia, identidade e luta política. Essa lacuna não apenas distorce a história do Brasil, mas também fragmenta a conexão das pessoas negras com seu legado histórico (Nascimento, 2020).

Atualmente, há registro de mais de 8 mil comunidades quilombolas no Brasil, conforme dados do IBGE (2024). Esses territórios, apesar de surgirem como alternativa ao modelo opressor colonial, continuam enfrentando desafios relacionados à titulação de terras, precarização das condições de vida e exclusão social. Em particular, as mulheres quilombolas carregam o peso das desigualdades estruturais no campo laboral, marcado por racismo, sexism e desvalorização. A realidade das mulheres negras no mercado de trabalho expõe taxas alarmantes de informalidade, baixa remuneração e dupla jornada, configurando um cenário de sobrecarga e adoecimento (IPEA, 2022).

Essas dinâmicas revelam o impacto contínuo do projeto escravocrata sobre as relações de trabalho no Brasil, que se perpetua através de mecanismos de flexibilização trabalhista, reformas legislativas e ausência de políticas públicas que promovam equidade. Nesse contexto, a Psicologia do Trabalho, muitas vezes submissa às demandas do capitalismo global, negligencia a singularidade das experiências das populações negras, contribuindo para a manutenção das estruturas exploratórias (Fanon, 2022; Figueiredo, 1989).

Diante dessa conjuntura, a teoria do Quilombismo, de Abdias Nascimento (2020), oferece uma lente crítica e transformadora. Inspirada nas dinâmicas sociais dos quilombos, ela propõe a construção de sistemas alternativos baseados nos princípios de solidariedade, coletividade e autonomia. Essa abordagem sugere não apenas um modelo de resistência, mas

um caminho para reorganizar as relações sociais e econômicas, promovendo justiça social, equidade racial, saúde e dignidade humana.

Esta pesquisa, centrada nas mulheres quilombolas e suas experiências de trabalho, parte da perspectiva quilombista para explorar as conexões entre trabalho, território e subjetividade. Ao adotar como ponto de partida o Quilombo de Mesquita, localizado em Goiás (GO) e com uma rica tradição histórica e cultural, busca-se compreender como o território influencia as práticas laborais e como essas práticas contribuem para a manutenção da identidade e da coletividade. Além disso, buscou-se construir diálogos com autoras e autores contracoloniais como Beatriz Nascimento, Bispo dos Santos, Lélia González, Clóvis Moura e Milton Santos, ampliando as reflexões sobre os desafios e as potencialidades das mulheres quilombolas no contexto contemporâneo.

O objetivo geral é propor uma análise crítica das relações de trabalho contemporâneas e sugerir uma conexão com os ideais e práticas comunitárias dos quilombos. Em termos específicos, objetiva-se uma investigação sistemática da literatura para verificar o que tem sido publicado em artigos sobre mulheres quilombolas e trabalho; por conseguinte, uma investigação no próprio território quilombola para escutar o que as mulheres quilombolas dizem acerca do trabalho; e, por fim, apresentar a proposta de uma outra perspectiva teórico-prática para a Psicologia do trabalho.

Para isso, a dissertação foi dividida em três estudos: **o primeiro estudo** buscava a partir de uma revisão sistemática verificar o que artigos científicos produziam sobre mulheres quilombolas no campo laboral. Esta intenção visa pensar o que a academia, território de “saber”, produzia e publicava sobre um grupo fundamental para o processo econômico e histórico do país. Em seguida, **no segundo estudo**, a ideia foi sair da academia e ir para o território, assim, investigar a partir do território e com o território o que mulheres quilombolas tinham a dizer sobre trabalho e suas relações com o mesmo. Quais eram os atravessamentos,

quais influências produzidas em suas vidas, identidade e subjetividades. Ao final, **no terceiro estudo**, ocorre um percurso de retorno à academia, na busca em propor uma intersecção entre os princípios quilombolas e os processos teóricos/práticos da psicologia do trabalho. Evidenciando que as comunidades tradicionais cultivam um saber fundamental para reorganizar os espaços, as hierarquias e o laço social. Além disso, foram utilizadas perspectivas de duas grandes abordagens de estudo sobre trabalho: psicodinâmica do trabalho e psicologia social do trabalho.

Portanto, esta dissertação propõe superar os limites das análises tradicionais sobre trabalho, articulando o território como um espaço simbólico, funcional e emancipatório. Por meio da valorização dos saberes quilombolas, objetivou-se formular alternativas ao modelo produtivista predominante, reconhecendo a importância da coletividade, da memória, da preservação cultural e da autonomia como pilares para uma nova configuração das relações laborais no Brasil. Por fim, pretende-se contribuir para o debate e construção de horizontes mais justos, sustentáveis, dignos e fundamentados na realidade tradicional afro-brasileira.

Estudo I – *Cultivo - Mulheres quilombolas: Reflexões imprescritas sobre trabalho em uma revisão sistemática de literatura*

As comunidades quilombolas resultaram da exigência vital de pessoas escravizadas no resgate da liberdade e dignidade (Nascimento, 2021). De acordo com Abdias Nascimento (2020), os quilombos foram formados a partir das fugas dos cativeiros e se consolidaram como uma organização social livre. Por muito tempo, esses territórios foram interpretados como lugares de refúgio, sendo referenciados como aldeias onde pessoas negras se refugiavam para “curtir o banzo”. Tal referenciação produz lacunas na análise e no reconhecimento da importância dos quilombos para a história do Brasil, o que provoca uma ruptura entre as pessoas negras e seu passado e história (Nascimento, 2021, pp. 104-153).

Atualmente, há o registro de 8.441 localidades quilombolas, sendo a região Nordeste representante de 63,81% do total, enquanto a região Norte apresenta o menor número de territórios quilombolas, 14,55% (IBGE, 2024). Em termos populacionais, o último censo realizado pelo IBGE registrou cerca de 1,3 milhão de pessoas quilombolas, com idade média de 31 anos. Em relação ao recorte de gênero, foi registrada uma proporção paritária: 100 homens para cada 100 mulheres (IBGE, 2024). Embora esses territórios tenham surgido como alternativa à exploração da vida de pessoas negras, seus remanescentes seguem em luta contra o Estado e latifundiários pela garantia de território, direitos e dignidade.

Contrariamente à condição libertária produzida e praticada pelos quilombos, o Brasil é estruturado por um projeto histórico, cultural e subjetivo em que os ideais escravocratas permeiam as relações sociais, sobretudo as relações de trabalho (González, 2020; Moura, 1988a, 1988b, 2001). É no campo laboral que parte da sociabilidade se organiza: é onde o sujeito encontra uma parcela de suas satisfações, mas também onde se depara com sofrimento e adoecimento; é onde as dimensões psíquicas e sociais se entrelaçam, simbolizando o sujeito e suas relações (Freitas & Araújo, 2019; Vieira, 2022).

Após uma breve revisão bibliográfica sobre as dinâmicas de trabalho brasileiras, é possível verificar um aumento exponencial da precarização e adoecimento, sobretudo após a flexibilização dos direitos trabalhistas viabilizadas pela Lei nº. 13.467/2017, que modificou regras relativas à remuneração, plano de carreira, jornadas de trabalho e outros direitos e garantias dos trabalhadores (Brasil, 2017). Para as mulheres negras, tal realidade é ainda mais penosa. Segundo o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), em 2022 as mulheres negras foram o grupo com menor absorção no mercado de trabalho remunerado. No mercado informal, correspondiam a 47,5%, enquanto as mulheres brancas representavam 35,7% (IPEA, 2022). Além disso, as mulheres negras apresentaram os piores índices educacionais e de renda, sendo o grupo com mais horas dedicadas ao trabalho doméstico.

Em relação às mulheres quilombolas, por sua vez, há poucos registros estatísticos institucionais sobre suas experiências e relações com o trabalho, seja ele remunerado ou não. Algumas evidências apontam a desvalorização do trabalho que desempenham e para a sobrecarga de trabalho (Coelho et al., 2023; Dimenstein et al., 2019; Dimenstein et al., 2022; Fernandes et al., 2020; Moraes-Partelli et al., 2021; Mussi et al., 2019; Nascimento et al., 2022; Pereira et al., 2022). A carência de informações motivou o objetivo geral deste estudo, que foi realizar uma revisão sistemática de literatura, contemplando as produções dos últimos 14 anos, 2010 a 2023, em publicações indexadas, sobre mulheres quilombolas e trabalho. Especificamente, objetivou-se verificar quais retratos do trabalho na vida de mulheres quilombolas estavam apresentados nestes artigos, bem como construir diálogos com teóricas e teóricos que discutem raça, gênero e trabalho, objetivando também produzir, de forma coletiva, indagações e registros de suas vivências.

Método

Foi conduzida uma revisão sistemática de literatura, cujo processo se caracteriza pela investigação a partir de um questionamento pontual em um cronograma de pesquisa. Tal metodologia é amplamente utilizada nas ciências da saúde e cumpre o papel de identificar, avaliar e/ou sintetizar estudos disponíveis (Galvão & Pereira, 2014). Em geral, o percurso para elaboração e execução da revisão sistemática conta com duas características centrais: pontualidade e publicidade. Pontualidade, para que se reduzam imprecisões; e publicidade, para que o estudo possa ser reproduzido por outros pesquisadores.

Para o estudo em questão, o eixo de orientação foi pensar as dinâmicas de atravessamento do trabalho na vida de mulheres quilombolas. Conceitualmente, este estudo se alinha às proposições de Sueli Carneiro (2011) e Lélia González (2020) sobre trabalho. Para essas autoras, o trabalho atua como um aspecto fundamental de estruturação e reprodução das dimensões sociais, econômicas, materiais e subjetivas, caracterizado por uma divisão racial e de gênero, que projeta pessoas brancas para as melhores condições de empregabilidade, reservando às pessoas negras a precarização, desamparo e as péssimas condições trabalhistas.

Antes da construção da revisão sistemática de literatura, foi realizada uma busca livre de bibliografias no banco de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), onde foi possível identificar uma carência de estudos que versam sobre a maneira como as mulheres quilombolas conceituam e experienciam o trabalho. Partindo dessa evidência, foi realizado um planejamento inicial para que fossem definidos os objetivos da pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão, além das perguntas de pesquisa para posterior análise. Assim, teve-se como objetivo identificar artigos científicos que abordassem os atravessamentos propiciados pelo trabalho na vida de mulheres quilombolas e o que elas diziam sobre suas relações com o trabalho.

Para os critérios de inclusão, foram definidos artigos científicos de acesso aberto, publicados entre 2010 e 2023, em revistas indexadas em português, inglês ou espanhol. O recorte temporal a partir de 2010 deve-se à Lei nº. 12.288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), que estabelece diretrizes e políticas públicas para a promoção da Igualdade Racial no Brasil, incluindo medidas de proteção e promoção dos direitos dos povos quilombolas.

As bases de dados selecionadas foram a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Scopus e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), pois reúnem um grande acervo de dados e são referenciadas tanto por ciências humanas quanto por ciências da saúde. Tal condição é importante e fundamental, pois a pesquisa versa sobre um estudo no campo da Psicologia que, embora se localize no extrato das ciências humanas, está em constante diálogo com as ciências da saúde. Além disso, foram privilegiadas bases de acesso livre e gratuito, com uma importante abrangência latino-americana.

Em ambas as plataformas, foram designados os descritores em uma busca por títulos, resumos, assunto e palavras-chave. Os descritores utilizados, definidos em português, espanhol e inglês, foram: (trabalh*) OR (trabaj*) OR (work*) AND (quilombo*) OR (comunida* quilombo*) OR (quilombol* communit*) AND (mulh*) OR (muje*) OR (wom*) OR (mulh* quilombol*) OR (muje* quilombo*) OR (quilombol* wom*) AND (gêner*) OR (géner*) OR (gender*). Não foi incluída, como descritor, a terminologia “comunidades tradicionais”, pois engloba outros grupos não prioritários para esta pesquisa, tais como ciganos e indígenas. Embora a expressão “comunidade quilombola” também se refira a uma comunidade tradicional, não se identificou a necessidade de tal inclusão, visto que a terminologia já contempla essa especificidade.

As buscas foram realizadas nas bases de dados por três juízes independentes, dois homens e uma mulher, previamente capacitados, no dia 1º de agosto de 2023. A partir da

identificação dos resultados iniciais, foi utilizado o gerenciador de referências Zotero. Posteriormente, foram analisados os títulos, resumos e palavras-chave que continham os descritores supracitados.

Em relação aos critérios de exclusão, foram pensadas duas etapas. Primeiramente, foram retirados os artigos que não apresentavam no título e no resumo as terminologias “trabalho” e “mulheres quilombolas”. Em segundo momento, no processo de leitura completa do material, foram excluídos os artigos que não relacionavam a condição de trabalho às mulheres quilombolas, mesmo que de maneira geral. Assim, no decorrer da leitura integral dos textos, após identificar estudos compatíveis com a segunda etapa do critério de exclusão supracitado, os artigos foram retirados. Ao final, dos 216 artigos encontrados, o processo de sistematização possibilitou a análise de 19.

Como critério de qualidade, foi adotada a classificação Qualis da CAPES do quadriênio 2017/2020. Assim, foram incluídos artigos com classificação A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3 e B4. Em geral, as revisões sistemáticas de literatura, ao adotarem tal critério de qualidade, restringem sua busca até o extrato B2, que segundo a CAPES, configura uma coleção de artigos de relevância nacional. No entanto, por se tratar de um tema do campo das ciências humanas e que, em geral, contém estudos publicados em revistas que não estão indexadas ou avaliadas conforme os critérios da CAPES, optou-se pela ampliação e inclusão de estudos que estivessem em revistas com Qualis B3 e B4. Intentou-se, com isso, obter mais resultados e abranger revistas que possivelmente apresentassem estudos relevantes e correlatos ao tema, como é o caso da revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), que não está indexada em uma base de dados, mas apresenta estudos relevantes para o campo das ciências humanas, sobretudo da negritude.

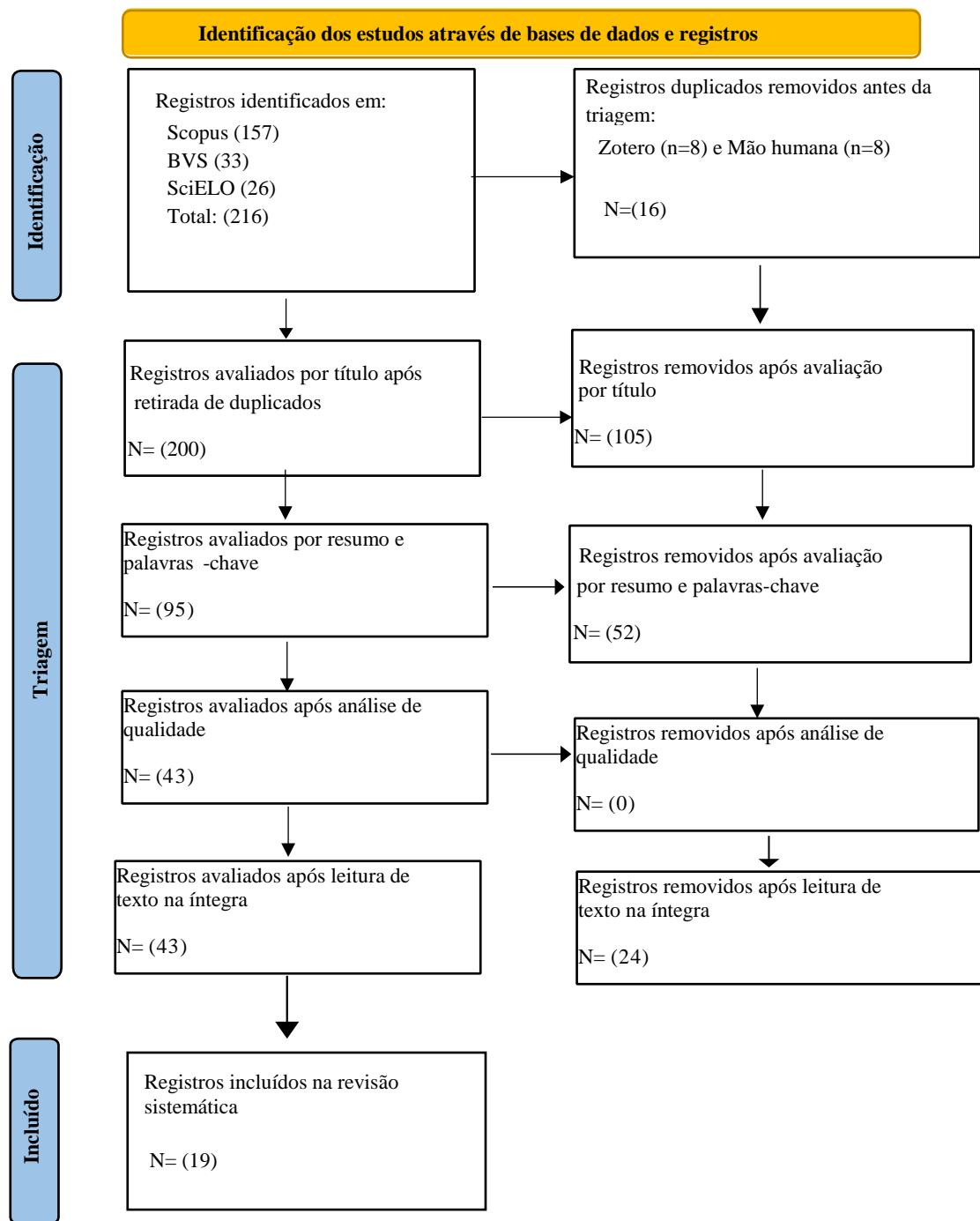
Após o processo de análise de qualidade, os artigos foram lidos na íntegra por dois juízes independentes, amparados por duas perguntas norteadoras: **Como tem sido retratado o**

trabalho das mulheres quilombolas em publicações indexadas? Quais são os aspectos comuns sobre as mulheres, e sobre o trabalho, que se repetem nos estudos? Tais perguntas conduziram à construção das categorias de análise dos artigos, que foram revisitados à luz da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2017).

Por fim, para garantia da transparência e auxílio no percurso de construção da revisão, optou-se pela utilização do método PRISMA. Sua primeira versão foi publicada em 2009 e foi desenvolvida para ajudar revisores sistemáticos na construção, relato e sistematização da pesquisa (Page et al., 2022). As etapas estão descritas na Figura 1.

Figura 1

Etapas da revisão sistemática de literatura



Resultados

Dos 19 estudos selecionados nas bases de dados indexadas para análise, foi possível identificar que: cinco foram publicados na área da psicologia (Alves Filho et al., 2020; Dimenstein et al., 2019; Fernandes et al., 2020; Mussi et al., 2019; Valentim, 2016), um em economia (Hossein & Pearson, 2023), um no campo da saúde coletiva (Schall, 2022) e doze

nas ciências da saúde e humanas (Coelho et al., 2023; Cruz, 2010; Dimenstein et al., 2022; Ferreira et al., 2020; Leite et al., 2021; Marin & Maia, 2018; Moraes-Partelli et al., 2021; Nascimento et al., 2022; Pereira & Magalhães, 2022; Prates et al., 2018; Riscado et al., 2010) com datas entre 2010 e 2023, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1

Artigos de bases de dados incluídos para análise

Artigo	Ano	Área de conhecimento (Publicação)	Idioma original
1	2010	Ciências Humanas	Português
2	2010	Ciências da Saúde, Ciências Humanas	Português
3	2016	Psicologia Social	Português
4	2018	Ciências da Saúde, Ciências Humanas	Inglês
5	2018	Ciências Humanas	Português
6	2019	Psicologia	Português
7	2019	Psicologia	Português
8	2020	Ciências da Saúde	Português
9	2020	Psicologia Organizacional e do Trabalho	Português
10	2020	Psicologia	Inglês
11	2020	Ciências Humanas	Português
12	2021	Ciências Humanas	Inglês
13	2022	Saúde Coletiva	Inglês
14	2022	Ciências da Saúde, Ciências Humanas	Português
15	2022	Ciências da Saúde, Ciências Humanas	Português
16	2022	Ciências Humanas	Português
17	2023	Ciências da Saúde, Ciências Humanas	Português

18	2023	Ciências da Saúde	Português
19	2023	Economia	Português

A análise e as características dos 19 artigos selecionados serão apresentadas contendo os aspectos gerais, tal qual aponta Galvão e Pereira (2015a, 2015b). Os estudos elegidos apresentaram a ausência de opções de trabalho em decorrência do avanço da agricultura e perda dos territórios, ou quando buscam e encontram inserção no mercado formal, ocorre pela via do subemprego nas empresas terceirizadas ou no exercício do trabalho doméstico para terceiros (Coelho et al., 2023; Dimenstein et al., 2017; Nascimento et al., 2022; Valentim, 2016).

De forma aproximada à expressão do subemprego, as pesquisas apontam realidades pavimentadas pelo excesso de trabalho e um processo contínuo de desvalorização das atividades que são desempenhadas por essas mulheres, seja na agricultura ou no trabalho de cuidado, o que muitas vezes faz com que tenham triplas jornadas de trabalho, acarretando prejuízos à saúde mental e física (Coelho et al., 2023; Dimenstein et al., 2019; Dimenstein et al., 2022; Fernandes et al., 2020; Moraes-Partelli et al., 2021; Mussi et al., 2019; Nascimento et al., 2022; Pereira et al., 2022).

Em sequência, os estudos também apresentaram uma relação com o trabalho desempenhado no território que permite a manutenção da identidade, a possibilidade de pertencimento, a produção de saúde e elaboração das condições e relações precárias com o trabalho (Cruz, 2010; Fernandes et al., 2020; Ferreira et al., 2020; Hossein & Pearson, 2023; Marin & Maia, 2018; Pereira & Magalhães, 2022; Valentim, 2016).

Discussão

A escassez de trabalho formal para as mulheres negras não é novidade nem se restringe à realidade de mulheres quilombolas. Segundo o levantamento realizado pelo Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos ([Dieese], 2023), a taxa de desocupação das mulheres negras em 2023 era equivalente a 11,7%, o mesmo percentual enfrentado por mulheres não negras no período de crise da pandemia. No segundo trimestre de 2023, a taxa de desocupação dos não negros era de 6,3%, metade do valor referente à população negra (Dieese, 2023). Para além disso, o não acesso está longe de estar relacionado à falta de capacitação, considerando que mulheres negras com qualificações superiores às de mulheres não negras são preteridas nos processos de seleção e empregabilidade (Dieese, 2023). São expressões de um acordo tácito de seleção racial, e não profissional (González, 2020).

No período que sucedeu a abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade, sendo responsável pelo sustento moral e a subsistência familiar. Essas mulheres passaram a ocupar espaço nas fábricas, nas indústrias e no serviço doméstico. No entanto, com o desenvolvimento e a modernização houve a ampliação de diferentes setores industriais, junto com um aumento na urbanização. Em face de tal ampliação, alguns setores da indústria entraram em decadência resultando no fechamento de muitas fábricas. Desse modo, a mulher negra perde seu lugar na classe operária (González, 2020).

A perda de território é um problema permanente enfrentado pelas mulheres quilombolas. Em geral, suas comunidades dividem os anseios da busca por titulação das terras com os conflitos entre empresas de mineração, latifúndios e hidrelétricas. Em estudo recente fornecido pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), foi expressa a degradação empreendida pelas empresas em seus territórios (CONAQ, 2023). A degradação sofrida pelos territórios quilombolas não é uma situação empreendida apenas pelo setor privado. Ainda que nos últimos anos tenham sido fomentadas estratégias de promoção de direitos e saúde, como no caso da *Iª Conferência Nacional Livre de Saúde Quilombola*, apenas em 2022 foram incluídos os remanescentes de

quilombos no censo do IBGE (CONAQ, 2023). O atraso e descompromisso com a busca de informações fundamentais, como condições demográficas, socioeconômicas e geográficas impede que sejam pensadas e construídas políticas públicas para este grupo.

No campo do trabalho as empresas promovem conflitos internos nas comunidades, seduzem parte dos moradores alegando que serão fornecidas inúmeras vagas de emprego e geração de renda. Esse discurso vulnerabiliza algumas lideranças uma vez que as comunidades supõem que seus líderes são contra a melhoria nas condições de vida da comunidade por se apresentarem contrário às propostas das instituições (CONAQ, 2023).

Em contrapartida, antes mesmo das empresas se instalarem nos territórios noticiam que a mão de obra será externa à comunidade, com a justificativa de que há insuficiência de força de trabalho nos locais (CONAQ, 2023). Vejamos o que alguns artigos analisados trazem: “Para essas mulheres, não foram criadas vagas nesse novo mercado de trabalho industrial; elas não foram fichadas nas empresas [...] muitas viraram empregadas domésticas, diaristas e lavadeiras das famílias dos funcionários das empresas mineradoras” (Marin & Maia, 2018, p. 9);

o trabalho assalariado e a prestação de serviços temporários autônomos ou por intermédio de cooperativas têm se tornado cada vez mais comuns [...] quase toda família tem pelo menos um membro que trabalha na mineração. As mulheres, por sua vez, dedicam-se principalmente ao trabalho doméstico, à manutenção da roça e à pesca para consumo da família. Quando se lançam ao mercado de trabalho são geralmente absorvidas na prestação de serviços gerais, de jardinagem e de limpeza, tanto nas instalações da empresa quanto nas casas de funcionários de médio e alto escalão (Nascimento et al., 2022, pp. 5-6).

A ausência de oportunidade em empregos formais contribui para a presença massiva dessas mulheres no subemprego, sobretudo no trabalho doméstico. As questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem fortemente na feminilização da pobreza (hooks, 2023).

São manipulações que relegam às mulheres negras os mais baixos níveis de participação na força de trabalho. Ainda, no período escravocrata havia categorias de escravos. Encontravam-se os responsáveis pelo trabalho produtivo e aqueles que se encarregavam do trabalho não reprodutivo. Em geral, o trabalho produtivo acontecia no *plantation*, ao passo que o trabalho não reprodutivo ocorria nas fazendas e nos serviços da casa grande. As mulheres negras estavam nas duas categorias, eram trabalhadoras do eito e mucamas. Eram as mães pretas (González, 1984, 2020).

Além disso, durante o período colonial, a mulher negra era vista como produtora e reproduutora, desempenhando atividades semelhantes às dos homens escravizados. Elas eram também produtoras em potencial de novos escravos, o que aumentava o caráter de posse dos senhores de terra sobre seus corpos, visto que era uma importante ferramenta econômica (González, 2020).

Essa condição histórica e violenta sobre a vida de mulheres negras reflete-se na contemporaneidade, onde o papel da mulher negra permanece marcado por funções de cuidado. Funções subordinadas como doméstica, mãe preta e mulata, evidenciam a continuidade dessas violências estruturais. Esse conjunto de exploração pode ser lido como capitalismo racial, no qual a exploração do trabalho, combinado às condições de raça e gênero, contribui para a expropriação do sujeito, seja pela via do território, como a tomada de terras quilombolas, ou pela via do trabalho reprodutivo de gênero (Bento, 2022; González, 1984, 2020).

No período pós abolição, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi responsável pelo sustento moral e pela subsistência. Com isso, seu trabalho físico foi decuplicado, haja vista que se dividiam entre o trabalho na casa da patroa e as obrigações familiares (González, 2020). No Brasil, o exercício do trabalho doméstico é culturalmente associado à imagem da mulher preta. Essa ideia é parte do projeto estrutural de colonização e escravização. Em contrapartida, apesar de estarem associadas aos piores postos

de trabalho e baixos índices salariais, são protagonistas e as principais responsáveis pela emancipação econômica e cultural das mulheres brancas (Carneiro, 2011; González & Hasenbalg, 2022).

Não há espaço para essas mulheres em trabalhos formais, mas há um acúmulo de “oportunidades” de trabalho no serviço doméstico e nas funções de cuidado (González, 2020). Inflar esse local como única via possível de atuação e fonte de renda é, tacitamente, associar um corpo a um campo de atuação precária e inferior às custas do cuidado e do amor (Molinier, 2014). Este último desempenha um papel primordial nas relações de dominação na esfera privada e pública (Dejours, 2022a). Vejamos o que os estudos analisados evidenciaram: “são ainda as mulheres que precisam conciliar atividades domésticas, cuidado dos filhos, de parentes envelhecidos e/ou doentes, atividades na lavoura e manejo dos animais” (Leite et al., 2021, p. 10); “As mulheres, por sua vez, dedicam-se principalmente ao trabalho doméstico, à manutenção da roça e à pesca para consumo da família” (Nascimento et al., 2022, p. 6); “trabalho muito na roça e em casa e dou conta do marido e dos meus filhos, mais eu me canso muito o meu marido não faz nada dentro de casa quando chega vai dormir e às vezes bebe” (Riscado et al., 2010, p. 100); “as principais atividades referidas pelas mulheres são as domésticas, de cuidado da família e a agricultura/pecuária, as quais estão intimamente relacionadas” (Alves Filho et al., 2020, p. 1134).

As categorias de gênero e raça-etnia incidem nas vivências das mulheres quilombolas, por vezes, invisibilizando suas experiências de opressão, por naturalizar os papéis exercidos por elas socialmente no seio de suas comunidades, papéis como o de ser mãe, esposa, de trabalhar nos afazeres domésticos, nos roçados, na criação de animais, nos cuidados à saúde de seus familiares (Fernandes et al., 2020, p. 6).

Repare-se que na última citação aparece uma relação próxima entre o trabalho que as mulheres executam na agricultura com as funções domésticas da casa. Essa relação está

intimamente associada à divisão sexual do trabalho, em que o homem ocupa um não (lugar) nas atividades de cuidado (Hirata, 2015). Há uma inclinação em considerá-los responsáveis pela gestão financeira, atuando nas funções valorizadas, ao passo que as condições desvalorizadas de manutenção da casa, de cuidado dos filhos, da comida, da educação e do lazer, são voltadas para as mulheres, de forma ainda mais intensa para as mulheres negras (González, 1982, 2020). Ocorre uma não valorização do trabalho desempenhado pelas mulheres na agricultura, pois, em geral, o que elas fazem é considerada ajuda e não trabalho. Estas dinâmicas que envolvem a divisão sexual do trabalho se inscrevem em dois princípios, segundo Hirata e Kergoat (2007): um primeiro que é de separação entre os gêneros e um segundo no nível hierárquico, onde o trabalho realizado pelo homem tem maior importância que o trabalho da mulher. Ainda, vale a inscrição de um terceiro princípio, o racial, haja vista que, além da separação entre gêneros e processo hierárquico, as mulheres negras são atravessadas pela sua cor e/ou origem étnica.

Nesse sentido, a “desimportância” do trabalho feito pela mulher contribui para um acúmulo de funções, o que, para além de precarizar as atividades já exercidas, acarreta prejuízos à saúde, enfraquece os vínculos comunitários e afasta as possibilidades de uma vida digna, vejamos: “Observa-se fatores que influenciam a situação de saúde mental de municípios com populações do campo e da floresta: a precariedade nas condições de vida e trabalho” (Dimenstein et al., 2022, p. 162); “Já entre as mulheres, o uso do álcool é utilizado como recurso para a resolução de problemas e como enfrentamento das precárias condições de vida e de trabalho” (Dimenstein et al., 2019);

Foi identificada uma maior prevalência de [Transtorno Mental Comum] TMC entre as mulheres. A exposição da mulher a dupla jornada de trabalho, com acúmulo de atividades relacionadas ao trabalho formal, doméstico, cuidado com os filhos aumenta a vulnerabilidade das mulheres às morbidades psíquicas [...]. Os principais achados

deste estudo indicam que aproximadamente 3/10 dos adultos apresentaram TMC, principalmente devido a presença de humor depressivo e com maior probabilidade para sua manifestação em quilombolas do sexo feminino, que referiram dor nas costas e [Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho] DORT” (Mussi et al., 2019).

Hoje se a gente for analisar a história da mulher aqui na comunidade, tem muita mulher doente, adoecendo até o corpo, porque a cabeça não aguenta, porque são mães solteiras, outras são casadas e é quem assume toda a responsabilidade da casa, da roça, do dia a dia da família. O pior que ninguém acha que isso é trabalho. Muitas preocupações, hoje elas têm pressão alta, desenvolveram diabetes, doenças dos nervos (Fernandes et al., 2020, p. 9)

“Infelizmente esse trabalho não é devidamente valorizado, sendo considerado tanto pelos homens como pelas próprias mulheres apenas como uma ‘ajuda’ aos homens; o trabalho produtivo é masculino” (Cruz, 2010, p. 919).

Dejours (2022b) expressa que o reconhecimento do trabalho é uma via fundamental para que o sujeito consiga lidar com os desprazeres no campo laboral. É pelo reconhecimento da qualidade do trabalho realizado que o trabalhador simboliza e constrói laços identitários. Além disso, a retribuição simbólica conferida pelo reconhecimento pode contribuir para realização pessoal do sujeito. Entretanto, em que medida esse reconhecimento proposto por Dejours corresponde à realidade das mulheres quilombolas?

A Psicodinâmica do Trabalho é um campo de investigação das relações entre o indivíduo, trabalho e saúde, abordando variáveis como a carga emocional, estresse e interações sociais no trabalho. No entanto, as produções em Psicodinâmica do Trabalho articula pouco aspectos concernentes a negritude, gênero e classe. Essa desarticulação de um marcador fundante das relações sociais e de trabalho no Brasil evidencia atenção ao uso de determinados conceitos e aplicações metodológicas (Vieira, 2022). No caso da psicodinâmica do

reconhecimento, por exemplo, Dejours (2004) apresenta a necessidade de mediação de um Outro para que o sofrimento causado pelo encontro do real seja revertido em prazer no campo do trabalho. Ao passo que esse Outro é reflexo da cultura, de que modo as mulheres quilombolas poderiam ser reconhecidas em face de uma cultura colonial da branquitude? Como seria reconhecido o trabalho desempenhado na agricultura se a base do colonialismo e capitalismo é a exploração do corpo e da terra?

Sob a ótica da contracolonialidade e dos feminismos negros, “a psicodinâmica do reconhecimento negligencia processos psicosociais fundamentais aos tencionamentos sobre as relações entre trabalho, subjetividade, saúde e adoecimento” (Vieira, 2022, p. 262). No percurso contra colonialista as dinâmicas de reconhecimento do trabalho se expressam de modo distinto, além disso, as relações laborais ao calibrar seu olhar para as circunstâncias interseccionais produzem diferentes caminhos para que os sujeitos se reconheçam e enfrente os “reais” de sofrimento (Vieira, 2022). Assim, o reconhecimento pode vir pelo território e não necessariamente pelo Outro. Este olhar pode vir a partir do que foi construído com a terra, com o que foi plantado e colhido. Pelo que semeia e cresce. Além disso, atravessar as significações hegemônicas e opressoras do campo teórico e prático, fomenta o diálogo com narrativas diversas de outros trabalhadores e o modo que fazem e refazem o seu viver (Freitas & Araújo, 2019).

A psicodinâmica do trabalho de Dejours (2017) embora de grande importância para a compreensão das relações entre trabalho, subjetividade e saúde mental, possui limitações significativas ao pensar raça, classe e gênero. A criação da psicodinâmica ocorre em 1980, na França pelas mãos de um médico e psicanalista, Christophe Dejours (Bueno & Macêdo, 2012). Tal abordagem se concentra na experiência subjetiva dos trabalhadores e na forma como eles mobilizam estratégias para lidar com o sofrimento no trabalho. Embora isso seja crucial, a abordagem tende a não explorar suficientemente as estruturas sociais e históricas que moldam

as experiências de trabalhadores em diferentes posições de raça, classe e gênero. Esse entrave não problematiza diretamente as desigualdades estruturais e sistêmicas que definem o acesso ao trabalho, as condições de trabalho e as relações de poder (Vieira, 2022).

Além disso, a proposta de Dejours vê o trabalho como uma experiência universal, compartilhada por todos os trabalhadores, independentemente de suas posições sociais, econômicas ou culturais. Isso pode levar à invisibilização de diferenças cruciais baseadas em raça, classe e gênero, que impactam profundamente como o sofrimento no trabalho é vivido e enfrentado (Vieira, 2022). Além disso, há uma concentração no entendimento sobre o trabalho formal e produtivo, deixando de lado o cuidado doméstico, geralmente realizado por mulheres, e o trabalho informal, frequentemente ocupado por pessoas negras. Esse fator não problematiza como essas formas de trabalho, frequentemente realizadas por mulheres e pessoas negras, são marcadas por desigualdades estruturais (Freitas & Araújo, 2019; Vieira, 2022) Ainda, a psicodinâmica do trabalho dejouriana reflete sobre a importância da mobilização subjetiva para transformar o sofrimento em reconhecimento e realização, mas não explora suficientemente as formas coletivas de resistência ligadas a movimentos sociais ou sindicatos que constantemente interseccionam questões de raça, classe e gênero.

Contrária a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, as mulheres quilombolas evidenciou que se reconhecem no território e são reconhecidas nele. A terra constitui elemento indispensável e é por ela que são estabelecidas relações sustentáveis e próprias com a natureza. A condição de territorialidade, nesse sentido, está para além do plantio material, é também por ele que são cultivadas e transmitidas práticas culturais e identitárias às gerações futuras (Pereira & Magalhães, 2022).

O território propicia produção concreta de vida e articula de maneira indispensável a formação cultural, étnico-racial e identitária dos quilombos (Leite et al., 2021). São espaços de resistência, promoção de saúde, memória e fortalecimento cultural (Bento, 2022). Em suma,

observemos o que alguns estudos apontaram: “O cuidado à saúde, para as participantes do estudo, está condicionado ao trabalho” (Prates et al., 2018); “Para as mulheres desse quilombo, a terra não é apenas o chão, mas possui significado e tem uma dimensão ancestral. Elas mantêm uma relação de respeito e harmonia com o território que foge à lógica capitalista ocidental” (Pereira & Magalhães, 2022, p. 4).

Território e identidade são indissociáveis. É nele que a vida e o fazer humano acontecem (Santos, 2002, 2006). Os quilombos são sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade, representam um instrumento vigoroso para a vida de mulheres negras e atua no reconhecimento da identidade negra brasileira, promovendo autoafirmação da cultura nacional e étnica. Além disso, representam a capacidade de relato de outras narrativas para além daquelas apresentadas pela modernidade como fundamentais (Fanon, 2022).

Os estudos evidenciaram alguns dos atravessamentos experienciados por mulheres quilombolas nas suas relações de trabalho e reafirmou o empreendimento massivo da cultura colonialista brasileira no domínio dos seus corpos e das suas possibilidades de produção de vida digna.

Considerações finais

Assim como os quilombos produziram brechas no sistema ao qual as pessoas negras estavam submetidas, as mulheres quilombolas seguem construindo, a partir da suas relações com o território, vias de fuga para novos horizontes de civilidade. As intenções deste estudo foram brevemente atendidas, tais como evidenciar a escassez de periódicos que se debruçam sobre a temática, a permanência dos prejuízos causados pelo excesso de trabalho às mulheres negras e as formas, antigas e atuais, de manutenção da morte. Em contrapartida, poucos estudos exploraram com afínco a dinâmica do território enquanto expressão de vida e extensão do trabalho dessas mulheres. O território surge enquanto um aspecto comum, e não como um dos

elementos centrais de resistência e vida. Nesse sentido, é pertinente pensar na continuidade desta pesquisa em moldes que possibilitem refletir sobre tais limitações, investigando, junto às mulheres quilombolas, os modos pelos quais conceituam o trabalho, além de ampliar o olhar acerca do que o território representa e possibilita.

Para sua continuidade, recomenda-se a inclusão de estudos e outras fontes de recurso para análise, como entrevistas, livros e/ou artigos que não estejam em bases indexadas, além da realização de grupos focais com mulheres quilombolas, a fim de investigar o que efetivamente têm a dizer sobre trabalho, território e questões que, supostamente, não foram identificadas nos estudos analisados. Por fim, destaca-se a urgência de se refletir e repensar as transformações nas relações de trabalho que descaracterizam o sujeito, o território e os modos de vida tradicionais.

Referências

- Alves Filho, A., Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Leite, J. F., Dantas, C., & Macedo, J. P. (2020). Efectos de la gestión de lo “Bolsa Família” en la vida cotidiana de mujeres quilombolas rurales. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(3), 1132–1140. <https://doi.org/10.17652/rpot/2020.3.19331>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das letras.
- Brasil. (2010). *Lei nº. 12.288/2010, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial [...]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm
- Brasil. (2017). *Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...] a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm
- Bueno, M., & Macêdo, K. B. (2012). A clínica psicodinâmica do trabalho: De Dejours às pesquisas brasileiras. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 306–318. <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1010/723>
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro Edições.
- Coelho, C. T., Oliveira, S. G., & Mello, F. E. (2023). Implicações no cuidado de um familiar doente: Mulheres negras cuidadoras. *Enfermería: Cuidados Humanizados*, 12(2). <https://doi.org/10.22235/ech.v12i2.3131>
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.
- CONAQ. (2023). *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Terra de Direitos.
- Cruz, T. A. (2010). Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. *Revista Estudos Feministas*, 18(3), 913–925. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300016>

- Dejours, C. (2004). Addendum: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. I. Sznelman (Orgs.), *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 49–106). Paralelo.
- Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do trabalho: Casos clínicos*. Dublinense.
- Dejours, C. (2022a). *Trabalho vivo, v. 1: Sexualidade e trabalho*. Editora Blucher.
- Dejours, C. (2022b). *Trabalho vivo, v. 2: Trabalho e emancipação*. Editora Blucher.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (2023). *As dificuldades da população negra no mercado de trabalho*.
- <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>
- Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Silva, I. T., Dantas, C., & Alves Filho, A. (2019). Consumo de alcohol en una comunidad quilombola del noreste brasileño. *Quaderns de Psicología. International Journal Of Psychology*, 21(1), e1479–e1479. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1479>
- Dimenstein, M., Macedo, J. P. S., Leite, J., Dantas, C., & Silva, M. P. R. D. (2017). Iniquidades sociais e saúde mental no meio rural. *Psico-USF*, 22(3), 541–553. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220313>
- Dimenstein, M., Simoni, A. C. R., Macedo, J. P., Liberato, M. T. C., Silva, B. Í. D. B. D. M., Prado, C. L. D. C., & Leão, M. V. A. S. (2022). Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: Marcadores sociais em análise. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 25(01), 162–186. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n1p162.9>
- Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Fernandes, S. L., Galindo, D. C. G., & Valencia, L. P. (2020). Identidade quilombola: Atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. *Psicologia em Estudo*, 25, e45031. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.45031>

Ferreira, M. R. D. S., Eiterer, C. L., & Miranda, S. A. D. (2020). Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. *Revista Estudos Feministas*, 28, e63121.

<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n363121>

Freitas, L. G., & de Araújo, A. A. M. (2019). Trabalho, sofrimento e política: Um olhar decolonial. In J. K. Monteiro, R. D. Moraes, L. G. F. L. D. Ghizoni & E. P. Facas (Orgs.), *Trabalho que adoece: Resistências teóricas e práticas* (1. ed.; vol. 1; p. 29–44).

Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: Passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183–184.

<https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>

Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2015a). Avaliação da qualidade da evidência de revisões sistemáticas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(1), 173–175.

<http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742015000100019>

Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2015b). Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24, 333–334.

<https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200016>

González, L. (1982). E a trabalhadora negra, cumé que fica? *Mulherio*, (7).

https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/II_7_1982menor.pdf

González, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2(1), 223–244.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf

González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

- González, L., & Hasenbalg, C. (2022). *Lugar de negro*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Hirata, H. (2016). O trabalho de cuidado. *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13, 53–64. <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37, 595–609. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>
- hooks, b. (2023). *Irmãs do Inhame: Mulheres negras e autorrecuperação*. WMF Martins.
- Hosseini, C. S., & Pearson, M. (2023). Black feminists in the third sector: Here is why we choose to use the term solidarity economy. *The Review of Black Political Economy*, 50(2), 222–248. <https://doi.org/10.1177/00346446221132319>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2024). *Censo 2022: Brasil possui 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão*.
[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao#:~:text=Em%202022%20existiam%208.441%20localidades,1.228%20\(14%2C55%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao#:~:text=Em%202022%20existiam%208.441%20localidades,1.228%20(14%2C55%25))
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2022). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. IPEA. <https://www.ipea.gov.br/retrato/>
- Konrad, D. A. (2007). Na senzala a resistência, no quilombo a liberdade: A obra de Clóvis Moura. In J. R. Q. dos Santos & M. R. O. Dutra (Orgs.). *Nas trilhas da negritude: Consciência e afirmação* (pp. 115–133). Martins Livreiro.
- Leite, J. F., Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Macedo, J. P., Dantas, C., & Carvalho, A. V. (2021). Participação política de mulheres quilombolas rurais no nordeste brasileiro.

Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social, 21(2).

<https://atheneadigital.net/article/view/v21-2-leite/2019>

Marin, R. A., & Maia, R. D. O. M. (2018). Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. *Cadernos Pagu*, e185205.

<https://doi.org/10.1590/18094449201800520005>

Molinier, P. (2014). Cuidado, interseccionalidade e feminismo. *Tempo Social*, 26(1), 17–33.

<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100002>

Moraes-Partelli, A. N., Coelho, M. P., & Freitas, P. D. S. S. (2021). Gravidez não planejada em comunidades quilombolas: Percepção dos adolescentes. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 30, e20200109. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0109>

Moura, C. (1988a). Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 2(2), 44–46.

<https://www.marxists.org/portugues/moura/ano/mes/imobilismo.pdf>

Moura, C. (1988b). *Sociologia do negro brasileiro*. Editora Perspectiva SA.

Moura, C. (2001). A quilombagem como expressão de protesto radical. In *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* (pp. 103–115). Edufal.

Mussi, R., Rocha, S., & Alves, T. (2019). Transtornos mentais comuns em quilombolas baianos, nordeste brasileiro. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20(3), 698–710.

Nascimento, A. (2020). *O quilombismo*. Perspectiva SA.

Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Nascimento, V. B. D., Arantes, A. C. V., & Carvalho, L. G. D. (2022). Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia. *Saúde e Sociedade*, 31, e210024pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210024pt>

- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Aki, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... & Moher, D. (2023). A declaração PRISMA 2020: Diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 46, e112. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.112>
- Pereira, A. D. S., & Magalhães, L. (2022). A vida no quilombo: Trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 27, e210788. <https://doi.org/10.1590/interface.210788>
- Pereira, A. D. S., Allegretti, M., & Magalhães, L. (2022). “Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra”: Uma investigação sobre sororidade e ocupação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, e3318. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO254033181>
- Prates, L. A., Possati, A. B., Timm, M. S., Cremonese, L., Oliveira, G., & Ressel, L. B. (2018). Significados atribuídos por mulheres quilombolas ao cuidado à saúde. *Revista Pesquisa Cuidado Fundamental*, 10(3), 847–855. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.847-855>
- Riscado, J. L. D. S., Oliveira, M. A. B. D., & Brito, Â. M. B. B. D. (2010). Vivenciando o racismo e a violência: Um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. *Saúde e Sociedade*, 19, 96–108. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000600010>
- Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (Vol. 1). Edusp.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (Vol. 1; 2. reimpr.). Edusp.

- Schall, B., Gonçalves, F. R., Valente, P. A., Rocha, M., Chaves, B. S., Porto, P., Moreira, E., & Pimenta, D. N. (2022). Gênero e insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: A fome na voz das mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(11), 4145–4154. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.07502022>
- Valentim, R. P. F. (2016). A saúde entre o minoritário e o global: Questões identitárias entre mulheres quilombolas. *Psicologia e Saber Social*, 5(1), 68–77. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2016.18926>
- Vieira, C. E. C. (2022) Apropriações decoloniais das clínicas do trabalho. *Psicologia em Revista*, 28, 245–268.

Da academia para o território

O primeiro estudo buscou, em artigos científicos, compreender o que estava sendo estudado, produzido e publicado em relação às mulheres quilombolas e ao trabalho. Essa busca, em primeiro momento, evidenciou a escassez de materiais indexados que se debruçam sobre a temática, mas também apresentou uma condição limitante ao não explorar as relações que as mulheres quilombolas estabelecem com seus territórios. Essa limitação decorre do fato de que o território é uma expressão fundamental nos processos de vida quilombola. Embora os estudos sejam de grande importância por desvelar inúmeras violências empreendidas contra essas mulheres, notou-se uma carência em esmiuçar as dinâmicas estratégicas produzidas no território. Além disso, a não utilização de outras fontes de busca reduziu a amplitude da compreensão sobre como essas mulheres se relacionam efetivamente com o trabalho.

Nesse sentido, o segundo estudo busca, a partir de grupos focais, possibilidades para extrapolar os limites verificados no estudo 1. Para isso, investiga, no território e com mulheres quilombolas, conceituações sobre trabalho, relações vivenciadas com o trabalho e também intersecções entre trabalho e território.

Ao vincular os dois polos — limites e possibilidades (estudo 1 e estudo 2) — foi possível identificar a indissociabilidade do território na vida das mulheres quilombolas. Isso mostra, em alguma medida, que falar sobre trabalho na vida dessas mulheres exige uma articulação necessária com o território. Esse espaço foi apresentado, a partir das falas, como chão, próprio para o plantio e geração de renda, mas também guardião de saberes e tradições ancestrais e imateriais que permitem a manutenção de uma vida que não se submete aos sistemas escravocratas. Por fim, foi utilizado a perspectiva da psicodinâmica do trabalho no estudo 1 e a perspectiva da psicologia social do trabalho no estudo 2. O intuito era debruçar-se sobre duas teorias que investigavam o trabalhador sob óticas diferentes: a psicodinâmica, que, por

influências da psicanálise, se interessa mais pelos aspectos subjetivos; e a psicologia social do trabalho, que, com fundamentação sociológica, comprehende os trabalhadores a partir de fenômenos sociais e culturais.

Estudo II¹ – Poda e rega - Irmãs do marmelo na construção de perspectivas para/por uma outra laborização

No livro *Irmãs do Inhame: Mulheres negras e autorrecuperação*, bell hooks (2023) narra alguns dos atravessamentos enfrentados por mulheres negras ao longo da vida. Nele, a escritora evidencia os processos de adoecimento e cura entre mulheres, apresenta a coletividade enquanto instrumento vigoroso para o enfrentamento dos impactos do sexism e suas facetas, além de destacar as mulheres negras como rota de saída das tensões e aprisionamentos da modernidade. O inhame, tubérculo que dá nome ao livro, é um vegetal de grande importância para a diáspora africana, sendo utilizado tanto para alimentar o corpo quanto para curá-lo. Foi um dos elementos essenciais no processo de cuidado e produção de autonomia do povo negro.

Diferentes no processo de cultivo, mas com propriedades simbólicas similares, o marmelo é um fruto com enorme importância para o Quilombo de Mesquita (GO), local onde a pesquisa foi realizada. O território completou 278 anos em 2024 e está localizado a cerca de 50 km de Brasília. O fruto, cultivado no quilombo, possui tons de verde e amarelo e, diferente do inhame, é colhido em árvores. Rico em antioxidantes, vitamina C e propriedades terapêuticas, o marmelo auxilia no cuidado de inflamações gastrointestinais, asma, tosse, entre outros benefícios. Além disso, o fruto e a produção do doce da marmelada são parte fundamental da história do quilombo, “operando como um dos vetores de constituição e afirmação da identidade mesquitense” (Longo & Ribeiro, 2022, p. 555).

Em *Mulheres quilombolas: Territórios de existências negras femininas*, Selma Dealdina (2020) reúne um conjunto de ideias e vivências de mulheres quilombolas de diversas

¹ O processo de escrita deste capítulo foi acompanhado pela leitura e apontamentos de Flávia Costa e Silva. Quilombola de Mesquita, mestra em Educação e professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Sua participação contempla o processo de checagem dos membros (Buchbinder, 2014), além de evidenciar o compromisso de uma pesquisa escrita com mulheres quilombolas e não sobre mulheres quilombolas.

regiões do Brasil. Ao longo do livro, é possível acompanhar vários dilemas enfrentados por essas mulheres: o excesso de trabalho, a escassez de direitos, a presença massiva do patriarcado na política, a insurgência negra feminina nos espaços de trabalho, a violência doméstica, a conquista do território acadêmico, a dificuldade de preservação da identidade e a importância das religiões de matriz africana e dos modos de vida tradicionais. De uma ponta a outra o livro estabelece um diálogo constante com mulheres e território, destacando a importância e articulação desse espaço na manutenção de suas vidas, bem como seu simbolismo na preservação cultura, identidade e memória.

Território é um espaço de uso compartilhado, onde o que se produz nele é redistribuído a todos de acordo com as necessidades de todos (Bispo dos Santos, 2015). De modo semelhante, Milton Santos (1999) define território como aquilo que é usado e subjetivado, sendo a soma entre o chão e os significados atribuídos a ele. Território, portanto, não significa apenas a unidade de chão, mas também a identidade e a subjetividade produzidas nele.

Embora as definições sejam fundamentais para compreender o espaço em que vivemos produzimos, propomos aqui discussões que vão além da esfera conceitual. Após reivindicações de lideranças quilombolas e articulações políticas negras, o IBGE incluiu os remanescentes de quilombos no último censo demográfico. As produções do censo iniciam em 1872, e apenas em 2022 foi possível obter uma dimensão mais próxima da realidade das comunidades quilombolas no Brasil (IBGE, 2024). A demora na inclusão desse grupo evidencia o desinteresse do Estado em compreender suas necessidades e, sobretudo, em reconhecer, compreender e preservar a história e a cultura nacional (González, 2020; Nascimento, 2021).

Atualmente, há um descompasso entre o número de territórios quilombolas e a quantidade de titulações obtidas. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre os anos de 2005 e 2018, apenas 278 territórios foram contemplados com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID),

uma das primeiras e mais importantes etapas do moroso processo de regularização territorial (Almeida, 2021). A morosidade e ineficiência desses processos evidenciam a exclusividade no acesso à terra no Brasil e apontam para as dificuldades na elaboração e manutenção da vida, considerando que, sem terra, não há espaço e, sem espaço, a produção de vida é materialmente dificultada. Além disso, a legitimação dessas violências por parte do Estado representa insegurança para o povo quilombola, que fica vulnerável aos ataques impetrados pelos grandes latifúndios.

A revisão de literatura realizada no Capítulo I desta dissertação evidencia, em parte, a escassez de artigos científicos indexados que articulam as vivências de mulheres quilombolas com trabalho em seus territórios. Há produções que abordam os diversos conflitos vivenciados por essas mulheres, como a falta de autonomia e de trabalho, bem como as estratégias de enfrentamento. Contudo, há poucos estudos que interseccionam os significados do trabalho e do território em suas vidas. Nesse sentido, considerando que a dinâmica de trabalho está essencialmente relacionada ao território e objetivando transpor algumas limitações apresentadas no Capítulo 1 surgem as questões: quais conceituações as mulheres quilombolas de Mesquita apresentam sobre trabalho? Em que medida se relaciona com o território? Objetiva-se, assim, dialogar sobre as definições incorporadas por essas mulheres sobre trabalho e as implicações com o território. Esta medida se dá em necessidade a reanálise de formulações conceituais amplamente difundidas e que dizem pouco da realidade racial e social brasileira (Moura, 1988). Nesse contexto, foram realizados grupos focais no Quilombo de Mesquita, território de 278 anos localizado a cerca de 50 km de Brasília (DF). As articulações evidenciaram dinâmicas entre trabalho, gênero e território, apresentando o trabalho e o território como componentes fundamentais para manutenção da cultura, identidade, saúde, subjetividade e coletividade.

Método

Para o desenvolvimento do estudo, foi utilizada a perspectiva de estudo exploratório qualitativo. Esse tipo de estudo permite investigar aspectos pouco conhecidos a partir das experiências e perspectivas dos participantes. Além disso, viabiliza conhecer as variáveis tal como se apresenta, seus significados e os contextos em que se inserem (Piovesan & Armando, 1995).

O uso de grupos focais é uma prática comum aos estudos qualitativos. Em geral, são entrevistas realizadas em grupo, orientadas pela interação grupal, e têm como objetivo realizar investigações mais detalhadas e aprofundadas sobre determinado tema sugerido pelo pesquisador/moderador do grupo (Kitzinger, 2000). Diferente de entrevistas individuais, que não privilegiam interação entre sujeitos, o grupo focal preza pela troca e pelas interações que vão sendo construídas ao longo do processo de investigação (Minayo, 1989).

Para o estudo em questão, foram realizados grupos focais no Quilombo de Mesquita com 9 mulheres quilombolas da comunidade. O território quilombola fica localizado a cerca de 50 km de Brasília, no Distrito Federal (DF), e completou 278 anos de resistência em 2024. A escolha metodológica do grupo focal ocorreu em consonância com a própria metodologia de coletividade e circularidade dos quilombos. Dito isso, objetivou-se investigar as definições que mulheres quilombolas da comunidade de Mesquita teciam sobre trabalho e quais influências eram produzidas no/pelo território. Nesse sentido, a realização de entrevistas individuais não contemplaria a diversidade de informações apresentadas pelo território, tampouco escutaria os aspectos comuns e contrários acerca do tema. Dito isso, quando se pretende ampliar a percepção ou conhecimento sobre determinado conceito, o grupo focal possui grandes contribuições (Ressel et al., 2008). Ainda, a perspectiva vivencial quilombola se ampara no processo da circularidade e compartilhamento (Bispo dos Santos & Pereira, 2023). Assim, o grupo focal se

alinha à perspectiva apresentada pelo território e apresenta possibilidades genuínas de investigação circular.

A proposta de grupo focal teve como objetivo pontual investigar o que é trabalho para mulheres quilombolas, buscando compreender de que modo elas conceituavam o trabalho. Além disso, na busca de dar ouvidos a algumas limitações metodológicas apontadas no Capítulo 1, buscou-se verificar quais relações as participantes teciam com o território. O eixo orientador do grupo focal partiu de uma pergunta disparadora: **O que é trabalho para vocês?** A pergunta mais abrangente possibilitou que as trocas e discussões fossem amplas. Além disso, houve a presença de perguntas complementares para auxiliar na mediação das discussões, como: **De que maneira o trabalho se relaciona com o território? O que o território representa? Com quem aprendeu a trabalhar?**

Para a construção e manejo do grupo, é importante que ocorra com arranjos e proposições prévias para sua realização, como a criação de ambientes favoráveis e confortáveis às discussões. Para este grupo em questão, optou-se por favorecer as participantes, o território e o que ele apresentava enquanto possibilidade. Assim, atendendo às solicitações das participantes, os grupos ocorreram em momentos distintos e com formatos diferentes. Foram realizados três encontros independentes, sendo dois no dia 04/08/2024 e um no dia 23/08/2024. O primeiro encontro (04/08/2024) ocorreu em frente à Igreja do Rosário, igreja da comunidade; o segundo (04/08/2024) ocorreu na casa de uma das participantes; e o terceiro (23/08/2024) ocorreu de maneira remota, com auxílio da plataforma *Google Meet*. Ambos os encontros tiveram duração média de 45 minutos.

O primeiro grupo contou com a participação de 4 mulheres (S, C, F e I); o segundo com 3 mulheres (M, V, P); e o terceiro, com 2 mulheres (D e Dl). Optou-se por utilizar apenas a primeira letra de seus nomes para resguardar suas identidades. As participantes tinham idades entre 36 e 72 anos, com formação nas áreas de turismo, engenharia agronômica, pedagogia e

serviço social, algumas com mestrado e doutorado, além de atuação nos setores de coordenação, educação escolar, serviço público, agricultura e comércio. Todas residem na comunidade quilombola de Mesquita. Para a construção do grupo focal, é necessário reunir aspectos semelhantes para sua execução. Neste estudo, optou-se pela composição de grupo com mulheres quilombolas que morassem no mesmo território.

Em geral, estudos sobre grupos focais orientam que sejam realizados com um público entre 6 e 15 participantes. No entanto, há estudos indicando que a dimensão irá depender dos objetivos e limitações de cada proposta de estudo, e que a composição de grupos menores propicia discussões mais aprofundadas sobre a temática (Ressel et al., 2008). Para este estudo em questão, o interesse fundamental era pensar a partir das demandas e ofertas do território. Assim, não houve preocupação em atender integralmente ao quantitativo sugerido de participantes.

A realização do grupo antecedeu uma reunião programada da comunidade. Assim, durante o processo de realização do grupo, ocorreu a passagem ou chegada de algumas pessoas da comunidade. Embora estudos apresentem a importância de não haver interferências na realização dos grupos (Ressel et al., 2008), compreendemos que o território acontece pela via da troca e do compartilhamento (Bispo dos Santos & Pereira, 2023). Nesse sentido, as conversas atravessadas e pessoas que apareciam no processo de realização não foram compreendidas como interferência, mas sim como expressão das relações e trocas propiciadas pelo território.

Ao final de cada grupo, foi realizado um registro em diário de campo. Os registros não seguiram um padrão de escrita, sendo construídos por associação livre, sem que a ordem cronológica estivesse efetivamente empregada no processo de escrita.

Ao final de todos os três grupos, perguntou-se às participantes se havia alguma pergunta ou questão que não foi feita e que gostariam de incluir. A ideia surge para pensar limitações

e/ou contemplar aspectos que ficaram de fora das reflexões. Em ambos os grupos não houve manifestação em acrescentar alguma pergunta e/ou questão. Ainda, durante o processo de análise e escrita, foi adotada a metodologia de checagem dos membros, que tem como fundamentação atualizar as participantes sobre o processo de escrita, encaminhando o material para leitura, ajustes ou sugestões, a fim de possibilitar uma escrita efetivamente atravessada e orientada pelos componentes da pesquisa (Buchbinder, 2014).

Embora seja indicada a participação de um auxiliar observador para complementar o olhar do moderador, não foi possível a participação de um terceiro neste estudo. Assim, o moderador se manteve atento às trocas, olhares e expressões no grupo, contando com o recurso da gravação de voz para captar informações outras que não pudessem ser observadas diretamente.

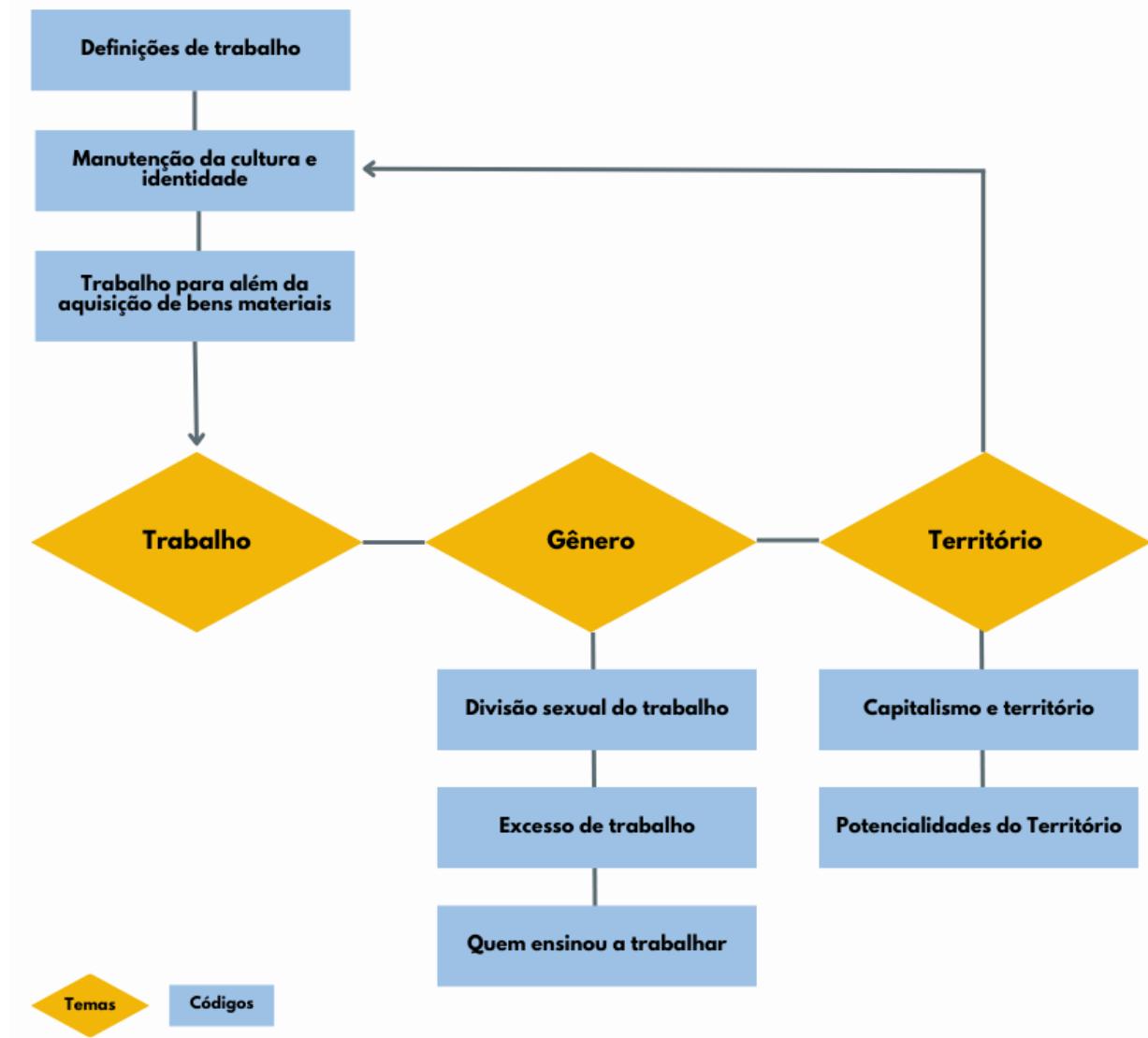
Este estudo integra o grupo de pesquisa Psicodinâmica do Trabalho Feminino (Psitrafem), e conta com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Brasília (UnB), sob o protocolo nº CAAE - 29150719.1.0000.5540. Além disso, todas as participantes assinaram o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participação na pesquisa, bem como a declaração de autorização para gravação.

Preliminarmente, as gravações do grupo focal foram ouvidas, em seguida transcritas com apoio da ferramenta *FreeSubtitles.AI* e, posteriormente, houve a leitura e escuta paralela das gravações para averiguar a qualidade e integridade das transcrições. Durante o processo de análise, foi utilizado o *software* ATLAS.ti 24, onde foram realizados os processos de estruturação para a análise temática. Assim, com o auxílio do software, foi realizado o processo de codificação, agrupamento de códigos e definição de temas (Braun & Clarke, 2006). A partir das confluências de códigos, foi feita a nomeação dos temas, que podem ser visualizados na Figura 2. Por fim, a partir das discussões em psicologia social do trabalho (Sato, 2018), atravessadas pelos olhares de Beatriz Nascimento (2021), Bispo dos Santos (2015), Bispo dos

Santos e Pereira (2023), Clóvis Moura (1988, 2001) e Milton Santos (1999, 2005, 2006), buscou-se articular reflexões e problematizações acerca do trabalho, com vistas ao plantio e colheita de relações laborais dignas.

Figura 2

Codificação e tematização de conteúdo



Por que Mesquita?

O Quilombo de Mesquita é um território rural que fica próximo à Cidade Ocidental (GO), município que fica aproximadamente 23 km de Luziânia (GO), fundado em 1746 em

função da exploração de Ouro (Longo & Ribeiro, 2022). No ano de 2011, André Braga e Roberta Martins publicaram um documento antropológico para o Relatório de Identificação e Delimitação (RTID), em que foram apresentadas com detalhes informações sobre o território. O relatório também apresenta alguns percursos sobre o processo de ocupação das terras, há quem diga que tenha sido doada a três mulheres escravizadas da propriedade, mas há também quem dê notícia de que essas mesmas três mulheres tenham comprado o território e iniciado o povoado (Braga & Martins, 2011).

No que se refere à extensão territorial, Mesquita apresenta uma porção de terras equivalente a 4.160 hectares identificado e demarcado pelo Incra, no entanto, apenas 761 hectares estão sob a guarda e uso dos quilombolas da região. Tal desproporção entre o que foi delimitado por direito e o que efetivamente é utilizado ocorre em função dos grileiros de terra, empreendimentos ou posseiros de terra (Longo & Ribeiro, 2022). Adicionalmente, residem no quilombo cerca de 3 mil famílias (ASCOM-SGPR, 2024).

Embora fragmentado pelas investidas externas, há um fator unificador da comunidade de Mesquita: a cultura. As tradições e rituais foram uma importante ferramenta para as comunidades quilombolas no processo de estruturação. Primeiro porque a cultura, dentre várias funções, cumpre o papel de subjetivação, e segundo porque é nela que são registrados memória e identidade. Se considerarmos os quilombos como territórios constituídos por pessoas privadas da condição de serem sujeito, foi através da resistência de práticas culturais que essas pessoas puderam resistir e se apropriar de sua humanidade. Em Mesquita há dois aspectos culturais muito fortes: a religião e a culinária, mais especificamente a produção da marmelada (Abreu, 2009; Longo & Ribeiro, 2022).

A expressão de religiosidade sofreu diversas influências, mas tem como base o catolicismo popular, com festividades realizadas a partir do calendário católico: Festa do Divino Espírito Santo que ocorre de 15 a 30 de maio; Festa de Nossa Senhora D'Abadia de 06

a 15 de agosto; além de foliões, catira e dança da raposa (Longo & Ribeiro, 2022). É sabido que tais práticas não ocorreram de forma inerte, solta no tempo. Tinham influências geográficas, políticas, econômicas e sociais da época, no entanto, houve uma singularização das práticas e a partir de saberes ancestrais mesquitenses, ocorreu apropriações e ressignificações que consolidaram a memória, a identidade, o presente e o futuro do quilombo (Braga & Martins, 2011).

Seguindo, o cultivo do marmelo e a produção da marmelada também são componentes fundamentais da memória e cultura de Mesquita. O fruto, sua produção e comercialização foram iniciados por Aleixo Pereira Braga, líder comunitário que com a ampliação das rodovias e a chegada da estrada de ferro viu possibilidades de comercialização do doce (Marinho & Dantas, 2017). Além disso, a marmelada e seu processo de fabricação artesanal são parte fundamental da história de Mesquita e narram um período importante da comunidade e reforça o grau de autonomia, identidade e coletividade do território.

As mulheres mesquitenses também são protagonistas na comunidade. De sua constituição, iniciada por três senhoras escravizadas, até os dias atuais, com a liderança comunitária. Sandra Braga é liderança, nascida e residente do quilombo de Mesquita, formada em turismo, atua como coordenadora executiva da CONAQ. Além de seu trabalho na comunidade, desempenha atividades voltadas para a garantia de direitos, dignidade e autonomia dos territórios quilombolas brasileiros (ASCOM-SGPR, 2024). Além disso, as mulheres de Mesquita desempenham um papel fundamental na agricultura familiar da comunidade, atuando não apenas no plantio e nos cuidados com as plantações, mas também no processo de comercialização. Além do cultivo de marmelo, essas mulheres buscam manter a tradição da agricultura familiar no plantio de hortaliças, mandioca, milho, mexerica, entre outras. Os produtos são importantes não apenas para a própria subsistência, mas também como

fonte de renda. Para muitas, inclusive, o comércio do que é produzido no território representa uma importante fonte de renda e autonomia pois são vendidos em seus quintais e feiras locais.

É dispensável apresentar os territórios quilombolas como ambientes estruturados pela coletividade. Seu início e sua tradição são marcados por uma luta coletiva de negros ex-escravizados que buscavam liberdade (Nascimento, 2021). Liberdade que foi marcada por revoltas, conflitos e guerras. Entre os anos de 2018 e 2022 cerca de 32 quilombolas foram assassinados, sendo 15 dos crimes relativos a lideranças e tendo a região nordeste com o maior número. Os conflitos fundiários aparecem como principais motivadores para os crimes, ao passo que ser mulher aparece como a segunda principal causa (CONAQ, 2023). Ainda que os conflitos por terra e feminicídio sejam causas frequentes de morte, não podemos nos furtar dos conflitos sólidos frente às negações de direitos fundamentais.

No campo da saúde, por exemplo, a política de inclusão da população quilombola inicia em 2004 com a Portaria nº. 1.434/2004 com incentivos para ampliação de equipes de estratégias de saúde para os territórios (Freitas et al., 2011). Entretanto, ainda que a medida tenha aumentado em 50% o valor do incentivo financeiro às equipes de saúde da família e de saúde bucal, as comunidades seguem enfrentando precariedades, negligências e ausência de prestação de serviços de saúde locais, também resultando em mortes (Freitas et al., 2011).

Além disso, é também em 2004 que ocorre o lançamento do Programa Brasil Quilombola (PBQ), iniciativa que orienta a Agenda Social Quilombola por meio do Decreto nº 6.261/2007. A partir desse decreto foram definidos 4 eixos prioritários de focalização das políticas públicas destinadas às pessoas quilombolas, sendo eles: infraestrutura e qualidade de vida; acesso à terra; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania. Assim, programas para regularização fundiária, para a saúde, educação, meio ambiente e assistência social foram agregados ao PBQ. No entanto, embora o programa tenha apresentado

possibilidades de melhoria na oferta e no acesso a serviços básicos como saúde e educação, foi desestruturado e extinto no governo Bolsonaro (2019-2022) (Teixeira, Sampaio, 2019).

Devir trabalho: Discussões para/por uma outra lógica de trabalho

Conceitualmente, a ideia de trabalho pode ser compreendida como um processo de estruturação e reprodução das dimensões sociais, econômicas, materiais e subjetivas (Carneiro, 2011; González, 2020). Na contemporaneidade, trabalho e sujeito têm sido concebidos numa relação metabólica a fim de manter assegurados a reprodução e manutenção das condições materiais de existência (Vargas, 2016).

De acordo com Martín-Baró (2014), no Brasil há três fatores fundamentais que definem os sentidos e significados do trabalho: divisão social discriminatória, marginalização e desemprego em massa e os processos de exploração. Tal divisão pode estar associada a diversos fatores, sendo um dos principais o desenvolvimento capitalista hipertardio no Brasil, de caráter retardatário, subordinado e dependente da economia internacional (Navarro et al., 2018).

Ainda, Lélia González (2020) insere um segundo processo de caracterização e estruturação do trabalho: a raça. Para a intelectual ocorre no Brasil uma divisão racial do trabalho, em que pessoas brancas têm garantia de melhores condições de empregabilidade e mobilidade no trabalho, imputando às pessoas negras precarização, piores condições de trabalho e desemprego.

Martín-Baró (2014) indaga, em um de seus escritos, sobre o modo como a psicologia latino-americana comprehende o trabalho. De acordo com o intelectual, a psicologia tomou como referência fundamental para pensar os processos psicológicos o marco social da família e o mundo do trabalho e seus atravessamentos foram secundarizados. Além disso, quando se propõe pensar o campo trabalhista, a psicologia tende a investigar setores de poder, como os patrões, os proprietários, os diretores e os líderes. Além disso, os modelos interpretativos

empregados sobre os processos de saúde mental ocorre de forma individualizada e sistêmica, em síntese centralizados no sujeito ou nas empresas, não questionando “os esquemas econômicos, a primazia do lucro sobre o serviço, assim como a divisão do trabalho e do poder de decisão que fundamenta as organizações” (Martín-Baró, 2014, p. 9).

Em contrapartida, para a psicologia social do trabalho, pensar as dimensões psicológicas e interpessoais dos trabalhadores só pode ocorrer com base em uma perspectiva concreta, levando em consideração o contexto micro e macrossocial. Partir dessa perspectiva material permite localizar o trabalho e os trabalhadores em um processo histórico, cultural e econômico que permite questionar, tensionar e investigar as condições e relações de trabalho que limitam a saúde, a dignidade e a vida (Sato et al., 2018).

Consonante a indagação de Martín-Baró sobre como a psicologia latino-americana encarava o mundo do trabalho, buscou-se a partir de mulheres quilombolas, investigar de que modo conceituam o trabalho. Vejamos alguns dos fragmentos escutados acerca da conceituação sobre trabalho:

Preservação da comunidade, preservação da cultura [...] Eu penso que é a manutenção do território, titulação do território, a manutenção das famílias [...] (S., 57).

Então acho que é muito diferente do trabalho que é na cidade. Porque na cidade o objetivo é esse, né? Cada vez tem o melhor, mais lucro, mais renda, carro melhor, casa melhor. E aqui não, a vida simples que a gente tem, se a gente conseguir manter isso com qualidade, pra nós é suficiente [...] tem o material pra poder usar dentro de casa, pra manter

a gente, pra manter a limpeza dos quintais então isso pra nós é mais importante (F., 46).

Eu acho que o trabalho é você poder melhorar a sua vida, ter algo que te faça feliz. Eu acho que o trabalho tem que ser algo que te faça feliz (D., 36).

As falas das participantes evidenciam uma radicalidade fundamental entre as considerações sobre trabalho no quilombo e fora dele. Em seu livro *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*, Milton Santos (2001) apresenta as dificuldades, contradições e complexidades do mundo moderno. O intelectual caminha pelo processo de produção da globalização ao pensamento de propostas objetivas para a dissolução da globalização atual, além disso, faz um percurso didático e fundamental para compreensão e diálogo com o mundo contemporâneo.

Em um dos capítulos iniciais Santos (2001) trará uma visão de mundo dividida em três eixos: o mundo como fábula, como perversidade e devir. O primeiro seria considerar o mundo como um espaço manipulado, um mundo como nos fazem vê-lo. O segundo seria considerar o mundo tal como ele está posto. O terceiro seria pensar o mundo como um vir a ser. Essas categorizações também podem ser aplicadas ao campo do trabalho, mais especificamente à fábula e à perversidade. Dardot e Laval (2017) apontam que a economia neoliberal, que prega a liberdade e a autonomia, estende o funcionamento empresarial à subjetividade, manipulando nos sujeitos uma subjetividade contábil e financeira, assim, além de se pautarem fundamentalmente pela lógica do lucro e aquisição de bens, o sujeito é individualizado, privatizado. No entanto, há perspectivas que seguem na contramão desses princípios, continuemos com as conceituações das mesquitenses sobre trabalho:

[...] recuperação das áreas degradadas que eles tiraram em função da cultura da soja (S., 57).

Eu vejo o trabalho o que ele possibilita, né? Acesso a diversas coisas, né? Como bens materiais, possibilita melhores condições de vida para a família e acesso a alguns bens (Dl., 38).

O que é o trabalho realmente, é o prazer que você vai sentir em realizar alguma coisa [...] Eu acho que é a manutenção da vida. O trabalho a gente faz para poder manter a nossa qualidade de vida (C., 54).

Contrariando a lógica de privatização dos sujeitos, as proposições supracitadas apresentam o sujeito e o coletivo como instâncias primeiras. Para elas o trabalho surge enquanto instrumento para “*recuperação das áreas degradadas*” ou para superar a lógica de lucro e acúmulo de renda. Diferente do que prega a modernidade, elas indicam uma vida que não está submetida ao trabalho, ao lucro e, radicalmente, anunciam que no território o trabalho acontece a partir do sujeito, da produção de vida, do prazer, da manutenção da cultura e do compartilhamento.

Vale também destaque à lucidez como é apresentado o paradoxo entre produção de prazer e sofrer pelo trabalho. Embora, a partir dele, se adquira recursos materiais importantes para a reprodução da vida, é também por ele que se adquirem afecções psicopatológicas, “vulnerabilidade social, emocional, adoecimentos físicos e mentais”.

[...] essa questão do trabalho, hoje a gente é muito explorado [...] muito

vulnerável, tanto social quanto emocionalmente. E aí essas pessoas assim, está propensa a adoecimento mental, físico (Dl., 38).

Conceitualmente, a psicologia social do trabalho promove um percurso de estudo que não se propõe a estudar o trabalho em sua relação com a saúde com objetivo de aprimorar a performance do trabalhador ou garantir produtividade, inclusive, tem enxergado e estudado nas economias solidárias possibilidades de construção de relações de trabalho igualitárias, além de implicar mudanças macrossociais para a vida cotidiana dos trabalhadores (Navarro et al., 2018; Sato et al., 2018). Entretanto, cabe pensar tais construções e relações de maneira mais próxima as divisões e processos raciais de trabalho (González, 2020). Primeiro, porque as configurações de trabalho partem de um histórico racial escravocrata, segundo porque as dinâmicas propostas pela divisão social do trabalho pouco dão conta das implicações enfrentadas por sujeitos negros. Em nenhuma medida objetiva-se desconsiderar ou tornar menor a importância da psicologia social do trabalho, mas para “superar as deficiências dos enfoques predominantes, os quais tendem a isolar os processos psíquicos dos contextos sociopolíticos” (Martín-Baró, 2014, p. 617) e propor medidas para um novo mundo do trabalho, há que se adotar, fundamentalmente, uma perspectiva que parta do negro, em especial, das mulheres negras quilombolas.

Assumir um discurso quilombola-feminino sobre o trabalho é assumir uma tarefa ético-política de compreensão, intervenção e produção científica que se dedica analisar as situações de trabalho contemporâneas, em especial as formas de atualização da colonialidade. Em outras palavras, tenciona a psicologia e os campos de estudo sobre trabalho a não pactuarem com atualizações e estratégias de efetivação e continuidade do projeto colonial-capitalista (Guimarães Júnior & Freitas, 2024).

Desta maneira, as mulheres do quilombo de Mesquita diluem o que está impregnado no mundo atual. Elas são capazes de ampliar e complexificar a ideia de trabalho, assumindo-o, essencialmente, como expressão da coletividade, da manutenção do território, da identidade, dos afetos, da subjetividade, do compartilhamento e da autonomia. Além disso, elas dialogam com as proposições de Carneiro (2011) e González (2020) sobre o trabalho na medida em que não desassociam o campo do trabalho da estruturação e reprodução das dimensões sociais, materiais e subjetivas. Confluentes a Santos (2001), as mesquitenses apontam caminhos que contornam a lógica colonialista, caminham por/para uma outra trabalhização.

Com quem se aprende a trabalhar?

Inaugurando em diversas frentes, as mulheres negras foram centrais nas transformações sociais e econômicas no Brasil. No período colonial havia uma forte diferenciação dos grupos sociais e das funções que exerciam. De um lado os senhores de terra com domínio da política e economia; no outro, os escravizados, a mão de obra efetiva da sociedade. Socialmente patriarcal e paternalista, há uma atribuição massiva de dedicação das mulheres brancas à família. Elas serão responsáveis por desempenhar a função de esposas, mãe e de dedicação integral à família (González, 1984; Nascimento, 2021). No entanto, por estarem localizadas e associadas aos senhores de terra, essas mulheres tinham a possibilidade de serem respeitadas e eram investidas no campo do ócio, “idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população” (Nascimento, 2021, p. 51).

De forma contrária, a mulher negra estava localizada junto aos escravizados. Distantes do ócio, elas eram [e são] essencialmente produtoras, com atividades e funções similares às dos homens. Elas eram responsáveis pelo trabalho na casa-grande, mas também pelo trabalho no campo, no engenho e no preparo de comida dos escravizados. Além disso, junto da forte

capacidade produtiva, existia o fator reprodutivo: eram mães em potencial de novos escravos. Eram reprodutoras e fornecedoras de novas mercadorias para o mercado de mão de obra interno (Nascimento, 2021). Dito isso, pela função reprodutora que a mulher negra tinha junto de seu semelhante masculino [homem escravizado], recaiu sobre ela em maior grau a dominação dos senhores (Nascimento, 2021).

A combinação entre racismo e sexismo mantém e potencializa de maneira efetiva as violências na vida de mulheres negras. A função e o papel que a mulher negra possui na sociedade sofreu poucas modificações do processo colonial para a contemporaneidade. Anteriormente a mulher negra estava associada unicamente a uma noção étnica, atualmente o lugar de doméstica evidencia a legalidade do papel herdado da escravidão. Não há uma transição, mas um acúmulo de funções materiais e subjetivas. A mulher negra é mucama, é doméstica e é a mãe preta (González, 1984).

Como mãe preta elas atuaram no processo de cuidado, socialização, subjetivação e transmissão. Foram responsáveis por transmitir linguagem e cultura às crianças brancas (Segato, 2006), “conscientemente ou não, ela passou para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas de que era representante” (González, 2020, p. 180). Posteriormente, após pressão das classes médicas e higienistas, a ama de leite se torna a mãe seca, não é mais própria para amamentar porque é transmissora de doenças, o seio recomendado passa a ser o da senhora. No entanto, ainda que o seio materno da mulher negra tenha sido colocado como sujo, ele foi e é responsável por nutrir – materialmente e subjetivamente a sociedade brasileira (Segato, 2006).

Para a continuidade de perspectivas escravocratas, como no caso do Brasil, são necessários sistemas hierárquicos de recrutamento e seleção para preenchimento de determinados espaços. O gênero e a racialidade constituem dois desses mecanismos e as mulheres negras ficam relegadas aos mais baixos níveis na hierarquia, são mantidas nos

“espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão” (Nascimento, 2021, p. 53).

Ainda, com auxílio da divisão sexual e racial do trabalho, vão sendo elencadas às suas vidas uma série de sofrimentos e adoecimentos decorrentes do excesso de atividades e funções (González, 2020). Vejamos alguns dos fragmentos identificados a partir das falas das mulheres de Mesquita sobre a transmissão do trabalho e do acúmulo de funções na comunidade:

Eu falo que o que aprendemos é o que nós replicamos até hoje. Então é meio que ancestral, cultural, e por aí vai, né? (S., 54).

É um passando para o outro, geração em geração, que aprende com a avó, passa para a filha, para a sua neta, assim, vai indo até chegar nas gerações que nós estamos hoje (F., 46).

Mãe fazia tanta coisa e nós ajudávamos ela. E nós ajudávamos, então nós aprendemos com ela (M., 72).

A gente é filha de mãe solo [...] E aí assim, aqui foi passando de mãe pra filho, sabe? Aprender a fazer as coisas, aprender a se virar. E aí é essa construção, sabe? O trabalho de geração em geração (D., 36).

As considerações apresentadas pelas mulheres quilombolas evidenciam a circularidade no que se refere aos ensinamentos sobre trabalho. Uma das participantes diz: “*é um passando para o outro, geração em geração, que aprende com a avó, passa para a filha, para a sua neta*”; noutro fragmento a participante aponta “*nós ajudávamos, então nós aprendemos com ela*”. Nota-se que há um eixo comum relatado pelas participantes, em ambos os processos de

transmissão a figura central é da mulher. Avó, filha, neta, – a mãe. Essa mãe, que limpa, que amamenta, que dá banho, que coloca pra dormir, que acorda e ensina a falar, é também a mãe que ensina sobre trabalho. O homem, nesse sentido, assumirá um papel puramente genitor, também desobrigado de transmitir ou de ensinar, será um outro (González, 1984).

O que as mulheres de Mesquita vão noticiando é a importância de seu papel no território e nos seus processos de aprendizagem, revelam os aspectos geracionais e ancestrais de manutenção cultural. Enquanto figuras centrais, as mulheres negras “passam prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai” (González, 1984, pp. 235-236). Além disso, as condições materiais têm colocado em risco a continuidade dos modos de vida e tradições ancestrais, não por acaso, as mulheres quilombolas também se valem da transmissão de saberes como forma de fortalecer os vínculos entre as pessoas e proteger os territórios (Almeida, 2021).

Em contrapartida, ainda que importantes para nomeação e transporte de linguagem, não devemos nos furtar do que está por trás dessa centralidade. O protagonismo da mãe preta revela a imobilidade do lugar da mulher negra na hierarquia social, e escancara as consequências da divisão sexual e racial do trabalho. Ao passo que o sistema de socialização patriarcal colonialista se incumbiu de desobrigar os homens de assumirem as funções de manutenção e cuidado domésticos, os afazeres e “obrigações” de casa ficam restritas às mulheres negras (González, 2020; Hirata, 2015). Tal restrição compromete a vida e saúde dessas mulheres. Elas são impulsionadas a cuidar da família, do trabalho na roça, desempenham a função doméstica e no campo. Estão localizadas próximas ao homem, essencialmente produtoras e ativas (Nascimento, 2021), vejamos o que elas apontam:

[...] foram muito impulsionadas a cuidar da família, a cuidar de tudo, que elas não tiveram tempo até para se cuidar, né, Maria? A si própria, até da sua própria saúde. Quantas mulheres aqui morreram por não ter ido no médico, por não ter feito prevenção, excesso de trabalho na roça, excesso de peso [...] a gente olha pra essas mulheres, elas estão adoecidas (S., 54).

E ela fazia farinha, ela vendia. Ela fazia marmelada, ela vendia. Ela fazia goiabada, ela vendia [...] Mãe era uma mulher lutadora, mãe lutava muito (M., 72).

O trabalho da mulher, além do trabalho fora, ela tem o trabalho em casa, né? E aí esse trabalho em casa, ele não é remunerado e demanda muito, né? E aí assim, grande parte da vida da mulher, em geral, é dispendiar por esse trabalho, né? Tanto doméstico quanto fora de casa. O trabalho de cuidado, né? (Dl., 38).

Esse acúmulo de funções não deixa espaço para que essas mulheres possam pensar na própria saúde. Como aponta as mesquitenses, “elas não têm tempo até para se cuidar”. Ainda, sinalizam que muitas mulheres do território podem ter falecido por não terem a possibilidade de ir ao médico, por não terem feito prevenção ou mesmo pelo excesso de trabalho na roça.

O excesso de trabalho das mulheres quilombolas no território é um dos principais fatores de adoecimento físico e mental (Coelho et al., 2023; Dimenstein et al., 2019; Dimenstein et al., 2022; Fernandes et al., 2020; Moraes-Partelli et al., 2021; Mussi et al., 2019; Nascimento et al., 2022; Pereira et al., 2022). Esta ocorrência, embora muito ocasionada pelo

acúmulo de funções, é também potencializado pela baixa cobertura e atenção à saúde das mulheres negras. O território de Mesquita, por exemplo, conta com apenas uma Unidade Básica de Saúde (UBS), ela atende nas áreas de orientação, prevenção, diagnóstico e tratamento. No entanto, os profissionais alocados para desempenhar as atividades no território conhecem pouco sobre as realidades presentes, em muitos casos negligenciam as tradições e costumes. Além disso, há pouca capacitação dos profissionais que atuam na comunidade, alta rotatividade de serviços e profissionais, além de preconceito e estigmas referente às práticas de cuidado tradicionais (Andrade et al., 2022).

Nesse contexto, Pereira (2016) aponta que as mulheres negras de etnia quilombola sofrem com a dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e com a falta de políticas públicas eficazes, no entanto, apresenta que a superação dessas iniquidades parte da implementação e execução das políticas de saúde transversais e confluentes ao território e principalmente numa atuação interseccional entre gênero, raça, classe e etnia [território].

Brechas produzidas no/pelo território

O quilombo é um espaço onde se arquitetam estratégias para a preservação dos saberes e da vida negra, erguendo-se como berço de um projeto de libertação do povo negro e de sua identidade (González, 2020; Nascimento, 2021). Mais do que um resquício de resistência histórica, ele se afirma como um contraponto ao sistema que explora e escraviza, na busca por uma liberdade radical e transformadora. O quilombo é, assim, um “ser para si”, como aponta Clóvis Moura (2001), construído pela negação da lógica colonialista e pela reconstituição de uma existência em comunhão com o território e seus pares.

A continuidade dessa firmeza identitária e política repousa em duas dimensões fundamentais: a transmissão oral de saberes e a “quilombagem” [práticas de desarticulação das ideologias escravagistas e de resistência dos quilombos]. A oralidade, elemento central na

cultura quilombola, supera a simples transmissão de conhecimento. Segundo Bispo dos Santos (2015), é por meio dela que a circularidade das gerações é preservada, garantindo que símbolos, significados e ancestralidade permaneçam vivos e incorruptíveis frente às tentativas de apagamento da modernidade capitalista.

A segunda dimensão da resistência quilombola é a materialidade da vida nesses territórios (quilombagem), conceito apresentado por Clóvis Moura (2001) que revela a continuidade de estratégias quilombolas para desgaste dos sistemas de exploração. Os saberes que emergem das práticas cotidianas – como o plantio, a colheita, o preparo dos alimentos, a dança e o vínculo espiritual com o território – são expressões materiais dessas estratégias e desafiam diretamente os paradigmas impostos pela globalização e o atual sistema escravista. “É, por isto, um poder político-social que se contrapõe ao outro” (Moura, 2001, p. 115). Esse cotidiano quilombola, marcado por uma radicalidade de saberes, evidencia formas alternativas de existência que desconstroem os sistemas de exploração. As mulheres quilombolas, em particular, protagonizam essas práticas, subvertendo o território de mero espaço físico para um campo de ação afetiva, política e subversiva.

Relatos de mulheres da comunidade quilombola de Mesquita ilustram essas dimensões com profundidade. Para elas, o território não é apenas terra. É um legado, uma promessa de autonomia e um espaço para construir o futuro sem romper os vínculos com o passado. Como expressa uma das mulheres:

As pessoas que vêm de fora querem o território [...] querem fazer loteamento, para fazer grandes empreendimentos, [...] enquanto nós lutamos para ter de volta o nosso território, [...] para que as nossas próximas gerações tenham isso aqui preservado para elas viverem, ter

um espaço para construir sua família, para plantar, para acolher, para viver aqui sem precisar sair tanto para fora (F., 46).

[...] a manutenção do território, titulação do território, a manutenção das famílias, e recuperando muitas coisas que nós perdemos, como o plantio do café, com a cana de açúcar que ainda é muito pouco, e tantas outras, né, é recuperação das áreas degradadas que eles tiraram em função da cultura da soja (S., 57).

Esse vínculo com o território transcende as fronteiras da propriedade legal e se enraíza nas relações sociais, culturais e políticas que sustentam a vida quilombola. É por isso que, conforme enfatizado por Almeida (2021), o território se transforma em um “território de afetos” – um mediador das relações sociais e políticas, onde o trabalho diário, o lazer e a transmissão de saberes se entrelaçam em uma teia que desafia a fragmentação imposta pela lógica capitalista.

Conforme destacado acima, o território é central para a vida quilombola, funcionando como mediador das relações sociais, políticas e afetivas. A psicologia social do trabalho, ao analisar a relação entre o trabalhador e o ambiente, pode compreender o território quilombola não apenas como um espaço físico, mas também como um “território de afetos” (Almeida, 2021), onde o trabalho é parte de um sistema mais amplo de construção de pertencimento e resistência. Esse vínculo afetivo e político desafia as noções fragmentadas e utilitárias da modernidade capitalista, ressignificando o trabalho como prática emancipatória.

Ao mesmo tempo, a luta por manter o território não ocorre sem enfrentamentos. Racismo, desigualdades estruturais e ausência de políticas públicas colocam desafios significativos às comunidades quilombolas. No entanto, essas barreiras muitas vezes são

contornadas com estratégias que reafirmam a centralidade do território como espaço de resistência e transformação.

Me traz muita, digamos que, esperança, né? Que as pessoas vão poder viver do que produz, do que planta, né? Tem grande importância pro território, pras pessoas, né? A gente nasceu com o pé dentro da agricultura, então isso move a comunidade, move as pessoas, é boa parte da comunidade, ainda sobrevive da agricultura familiar, então isso é muito importante, não só sair pra fora pra trabalhar, como trabalhar aqui dentro do território também (D., 36).

Em meio aos desafios enfrentados, o vínculo com a terra se destaca como um pilar importante na preservação do território. A agricultura familiar, como supracitado, simboliza uma relação coletiva de resistência. É neste chão fértil, cuidado e defendido por gerações, que são plantados e colhidos a autonomia, sustentabilidade e transformação social quilombola. Assim, o território segue sendo mais do que um lugar: é símbolo vivo de luta, identidade, trabalho e esperança.

Considerações finais

Essas práticas relatadas por essas mulheres, ancoradas na transmissão de saberes orais e na consolidação do trabalho comunitário, oferecem um modelo alternativo e transformador. Mais do que uma simples reprodução do passado, as mulheres de Mesquita apontam que o quilombo se projeta no futuro como um espaço de possibilidades, onde a identidade produzida no/pelo território encontra refúgio e força para desafiar as opressões do presente. Ao projetar o quilombo como um espaço de possibilidades para o futuro, as perspectivas de trabalho nas

comunidades quilombolas apontam para uma radicalidade desejada: a construção de um mundo onde o trabalho esteja orientado à vida e à dignidade, e não à exploração (Santos, 2005). A psicologia social do trabalho, nesse sentido, pode encontrar nos quilombos uma inspiração para repensar as relações de trabalho em contextos contemporâneos, valorizando a dimensão ética, comunitária e transformadora que essas práticas representam.

Assim, um diálogo entre quilombos e a psicologia social do trabalho permite identificar caminhos de resistência para reconstrução do significado do trabalho. Uma reconstrução que esteja conectada à identidade, à coletividade e à liberdade. Esse diálogo enriquece as discussões produzidas nos campos acadêmicos e as práticas sociais voltadas à transformação das condições de trabalho e de vida da população negra.

Em termos de limitações, o estudo teve uma possibilidade investigativa reduzida em decorrência do número de participantes. A participação de um número maior de mulheres poderia favorecer uma articulação de outros conceitos, temas e códigos. Além disso, a realização de 1 encontro com cada grupo dificultou a construção de vínculo e também que pudessem ser observadas outras dinâmicas e relações intragrupais. Dito isso, sugere-se que esta pesquisa seja pensada de maneira mais abrangente, envolvendo um número maior de mulheres e também outros quilombos. Há também que se pensar num cenário que viabilize a realização de mais encontros para melhor construção e manejo de vínculos. Ainda, seria interessante que ela ocorresse em outras comunidades quilombolas do Brasil com mulheres de idades diversas, mas também com pessoas de outros gêneros.

Outrossim, não é objetivo deste escrito apresentar o pensamento das mulheres quilombolas sobre trabalho e território como respostas definitivas. Os quilombos, como apresentado, são espaços produtores de tensionamentos e as mesquitanas são articuladoras dessas problematizações. Aqui, se propõe semear novas perguntas para cultivo de novos horizontes. Ainda, o que se pretende é investigar os dois pólos da vida contemporânea: o

capitalismo, que tudo busca desmanchar, e o território, que mostra que há coisas que não podem ser desmorchadas (Bispo dos Santos & Pereira, 2023; Santos, 1999).

Referências

- Abreu, O. M. M. D. (2009). *Comunidade quilombola Mesquita: Políticas públicas de promoção da igualdade racial na busca da equidade* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia].
<https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3131>
- Almeida, M. (2021). Território de afetos: Práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. *História Oral*, 24(2), 293–309.
<https://doi.org/10.51880/ho.v24i2.1209>
- Andrade, A. M., Faria, D. C. M. L. D., Franca, F. M. D. S., Ribeiro, F. R., Oliveira, M. F. B. D., & Matos, M. A. D. (2022). Caracterização da saúde e saneamento de uma comunidade quilombola no entorno da capital do Brasil: Um scoping review. *Saúde em Debate*, 46, 501–517. <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/4920>
- ASCOM-SGPR. (2024). *Quilombo Mesquita: Lugar de lutas e tradições*. Secretaria-Geral. Gov.br. <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/janeiro/quilombo-mesquita-lugar-de-lutas-e-tradicoes>
- Bispo dos Santos, A. (2015). *Colonização, quilombos: Modos e significações*. INCTI/UnB.
http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf
- Bispo dos Santos, A. B., & Pereira, S. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu.
- Braga, A. G., & Martins, R. S. (2011). *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)*. Comunidade Quilombola de Mesquita.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

- Buchbinder, E. (2014). Beyond checking: Experiences of the validation interview. *Qualitative Social Work, 10*(1), 106–122. <https://doi.org/10.1177/1473325010370189>
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro Edições.
- Coelho, C. T., Oliveira, S. G., & Mello, F. E. (2023). Implicações no cuidado de um familiar doente: Mulheres negras cuidadoras. *Enfermería: Cuidados Humanizados, 12*(2). <https://doi.org/10.22235/ech.v12i2.3131>
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ONAQ) (2023). *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Terra de Direitos.
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial.
- Dealdina, S. D. S. (2020). *Mulheres quilombolas: Territórios de existências negras femininas*. Jandaíra.
- Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Silva, I. T., Dantas, C., & Alves Filho, A. (2019). Consumo de alcohol en una comunidad quilombola del noreste brasileño. *Quaderns de Psicología. International Journal Of Psychology, 21*(1), e1479–e1479. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1479>
- Dimenstein, M., Simoni, A. C. R., Macedo, J. P., Liberato, M. T. C., Silva, B. Í. D. B. D. M., Prado, C. L. D. C., & Leão, M. V. A. S. (2022). Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: Marcadores sociais em análise. *Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental, 25*(01), 162–186. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n1p162.9>
- Fernandes, S. L., Galindo, D. C. G., & Valencia, L. P. (2020). Identidade quilombola: Atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. *Psicología en Estudio, 25*, e45031. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45031>

- Freitas, D. A., Caballero, A. D., Marques, A. S., Hernández, C. I. V., & Antunes, S. L. N. O. (2011). Saúde e comunidades quilombolas: Uma revisão da literatura. *Revista CEFAC*, 13(5), 937–943. <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000033>
- González, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2(1), 223–244.
- https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
- González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- hooks, b. (2023). *Irmãs do Inhame: Mulheres negras e autorrecuperação*. WMF Martins.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). *Censo 2022: Brasil possui 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão*.
- [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao#:~:text=Em%202022%20existiam%208.441%20localidades,1.228%20\(14%2C55%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao#:~:text=Em%202022%20existiam%208.441%20localidades,1.228%20(14%2C55%25))
- Kitzinger, J. (2000). Focus groups with users and providers of health care. In C. Pope & N. Mays (Orgs.), *Qualitative research in health care* (2. ed.; pp. 21–31). BMJ Books.
- Longo, C. A., & Ribeiro, M. E. S. R. (2022). Quilombo mesquita: Territorialização e resistência étnica. *Repositório de Anais da Anpuh-GO*, 549–557.
- <https://anpuhgoias.com.br/periodicos/index.php/caliandra/article/view/65>

- Marinho, R. H. R., & Dantas, D. (2017). A formação da Estrada de Ferro Goiás e a urbanização no Sudeste Goiano na primeira metade do século XX. *Ateliê Geográfico*, 11(3), 213–234. <https://doi.org/10.5216/ag.v11i3.53282>
- Martín-Baró, I. (2014). Psicología política del trabajo en América Latina. *Revista Psicología Política*, 14(31), 609–624. Traduzido por Fernando Lacerda Júnior. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a12.pdf>
- Minayo, M. C. D. S. (1989). *O desafio do conhecimento: Metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde* [Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro].
- Moraes-Partelli, A. N., Coelho, M. P., & Freitas, P. D. S. S. (2021). Gravidez não planejada em comunidades quilombolas: Percepção dos Adolescentes. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 30, e20200109. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0109>
- Moura, C. (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. Ática.
- Moura, C. (2001). A quilombagem como expressão de protesto radical. In *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* (pp. 103–115). Edufal.
- Mussi, R., Rocha, S., & Alves, T. (2019). Transtornos mentais comuns em quilombolas baianos, nordeste brasileiro. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20(3), 698–710.
- Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Nascimento, V. B. D., Arantes, A. C. V., & Carvalho, L. G. D. (2022). Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia. *Saúde e Sociedade*, 31, e210024pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210024pt>
- Navarro, V. L., Maciel, R. H., & Matos, T. D. R. (2018). A questão do trabalho no Brasil: Uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.), *Psicologia social do trabalho* (pp. 26–54).

Pereira, A. D. S., Allegretti, M., & Magalhães, L. (2022). “Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra”: Uma investigação sobre sororidade e ocupação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, e3318.

<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO254033181>

Pereira, C. O. de J. (2016). *Acesso e utilização dos serviços de saúde por mulheres quilombolas para promoção da saúde reprodutiva* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador].
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23866/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20CHIRLENE%20OLIVEIRA.pdf>

Piovesan, A., & Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, 29, 318–325. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>

Ressel, L. B., Beck, C. L. C., Gualda, D. M. R., Hoffmann, I. C., Silva, R. M. D., & Sehnem, G. D. (2008). O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 17, 779–786. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>

Santos, M. (1999). O dinheiro e o território. *Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia*, 1(1), 7–13. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>

Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Record.

Santos, M. (2005). O retorno do território. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, 6(16), 215–261. <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf>

Sato, L., Coutinho, M. C., & Bernardo, M. H. (2018). *Psicologia social do trabalho*. Vozes Limitada.

- Segato, R. L. (2006). *O édipo brasileiro: A dupla negação de gênero e raça* (vol. 400). Universidade de Brasília.
- Teixeira, T. G., & Sampaio, C. A. M. (2019). Análise orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o ocaso de uma política pública. *Revista De Administração Pública*, 53(2), 461–480. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170323>
- Vargas, F. B. (2016). trabalho, emprego, precariedade: Dimensões conceituais em debate. *Caderno CRH*, 29(77), 313–331. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000200008>

Do território para a academia

O segundo estudo propôs, a partir de grupos focais, um diálogo com mulheres quilombolas sobre trabalho. Nesses diálogos, ficou evidente que as mulheres quilombolas têm outra relação com o trabalho. Diferente da modernidade, que utiliza do trabalho para dessubjetivação, as mulheres quilombolas apresentam no trabalho perspectivas para emancipação. Assim, numa perspectiva comunitária, política e livre, semeiam percursos para uma outra laborização. Foi utilizada a perspectiva da psicologia social do trabalho no estudo 2 em virtude de sua aproximação e interesse pelos aspectos sociais e culturais dos trabalhadores.

Dito isso, o terceiro estudo, inspirado nas propostas apresentadas pelas mulheres quilombolas de Mesquita, propõe uma articulação entre os saberes dos quilombos e as práticas da psicologia do trabalho. Com isso, propõe alternativas que podem ser adotadas pela psicologia do trabalho e aplicadas por psicólogos do trabalho.

Este estudo sugere a reestruturação do que propõe a psicologia do trabalho, alijando de maneira efetiva as aproximações com as práticas colonialistas no campo do trabalho. Além disso, com este último estudo, intenta-se não produzir resposta final, mas suscitar um protesto radical e organizado (Moura, 2001) que negue o sistema e auxilie os trabalhadores a assumirem sua posição efetiva de liberdade.

Por fim, as palavras **cultivo, poda e rega, e semeadura**, que dão início aos títulos dos capítulos, dialogam com a proposição cíclica de **começo, meio e começo** (Bispo dos Santos, 2023). Essa analogia simboliza a superação da visão linear ocidental, enxergando propostas e alternativas como um percurso coletivo, circular e contínuo.

Capítulo III – Semeadura - Psicologia quilombista do trabalho: Caminhos para uma outra atuação de psicólogos(as) do trabalho

O trabalho no Brasil, enquanto dimensão social e econômica, carrega marcas profundas das dinâmicas de poder que moldaram a história brasileira (Carneiro, 2011; González, 2020). A lógica de trabalho brasileira nasce na mobilização de uma aparelhagem burocrática e macabra das colônias, que é reatualizada nos territórios negros sob anuência do Estado e de instrumentos científicos, como no caso da Psicologia do Trabalho (Figueiredo, 1989). Isso ocorre porque “o regime colonial cristalizou circuitos e, sob pena de viver uma catástrofe, as novas nações são forçadas a mantê-los” (Fanon, 2022, p. 95). Nesse cenário, a abordagem quilombista de Abdias Nascimento (2020) emerge como uma importante ferramenta teórica, metodológica e política, ao propor a superação das estruturas sociais por meio do resgate das tradições africanas, da luta contra o racismo e da criação de comunidades autônomas que promovem justiça social e econômica.

A abordagem do Quilombismo, desenvolvida por Abdias Nascimento (2020) em seu livro *O Quilombismo. Documentos de uma Militância Pan-Africanista*, propõe uma reorganização social inspirada nos territórios quilombolas, sistemas sociais autônomos formados por africanos escravizados que resistiram à opressão colonial no Brasil. Abdias defendia que os princípios de solidariedade, coletividade e resistência presentes nos quilombos podem servir de modelo para o enfrentamento das desigualdades contemporâneas, especialmente aquelas relacionadas ao racismo estrutural, institucional, à exclusão social e à exploração.

No contexto atual do trabalho, reconfigurado por transformações da globalização (Santos, 2005), houve um aumento vertiginoso da flexibilização das relações trabalhistas e uma crescente precarização do trabalhador e de suas condições de trabalho. Além disso, a Psicologia

do Trabalho pode impulsionar esses processos de flexibilização e precarização na medida em que, dia após dia, se submete às atividades subsidiárias da economia colonialista (Figueiredo, 1989). A abordagem quilombista, nesse sentido, oferece uma perspectiva crítica e alternativa. Ela sugere a valorização de estruturas comunitárias e cooperativas que priorizam o bem-estar coletivo sobre a lógica individualista, competitiva e perversa do capitalismo contemporâneo, além de manter em debate teorias e práticas que pouco atendem à realidade dos trabalhadores. Além disso, o Quilombismo enfatiza a importância da autonomia e da autodeterminação das comunidades negras, propondo a criação de instituições próprias que refletem e valorizem suas experiências históricas e culturais. Nesse sentido, é possível pensar uma psicologia do trabalho que se baseie nos quilombos e em suas dinâmicas?

Ao propor uma relação entre a abordagem quilombista e as dinâmicas de trabalho na contemporaneidade, este texto busca explorar como os saberes e práticas dos quilombos podem inspirar novas formas de organização trabalhista que promovam justiça social, saúde, equidade racial e valorização das comunidades afrodescendentes. A análise pretende demonstrar que, ao resgatar e adaptar os princípios quilombistas, é possível construir alternativas viáveis e sustentáveis às estruturas atuais, contribuindo para a superação das desigualdades persistentes na sociedade brasileira (Filgueira & Silva, 2019). Além disso, considerando a importância que as mulheres negras e quilombolas tiveram e têm no processo de estruturação econômica, política e cultural, buscará pensar junto de perspectivas femininas negras e quilombolas sobre novos horizontes para o campo do trabalho.

Observadas as perspectivas de trabalho das mulheres quilombolas, se revela uma lógica que está para além da resistência e autonomia, o que se apresenta são contribuições possíveis para a construção de saberes e práticas de sustentabilidade social, ambiental e política. Desse modo, com base nas reflexões propostas por Beatriz Nascimento (2021), Lélia González (1984, 2020), Bispo dos Santos (2015), Bispo dos Santos e Pereira (2023), Abdias Nascimento (2020),

Clóvis Moura (1988a, 1988b, 2001) e Milton Santos (2001, 2005, 2006), este ensaio teórico tem como intenção propor um diálogo que viabilize a construção de perspectivas de trabalho apartadas da lógica produtivista. Efetivando, assim, vias de vinculação entre trabalho, território, subjetividade e liberdade.

Para a proposição do estudo, adotou-se como ponto de partida o livro *O quilombismo. Documentos de uma Militância Pan-Africanista* de Abdias Nascimento (2020). A inspiração na obra ocorre pela importância que o autor possui na cultura brasileira e na sua vasta produção teórica que desarticula os sistemas de opressão e exploração. Para as finalidades deste artigo, cujo objetivo central é propor novos horizontes para o campo do trabalho, o texto se desdobra em três momentos, o primeiro apresenta um panorama das problemáticas acerca do mundo do trabalho contemporâneo; o segundo discorre sobre a falência da psicologia do trabalho; o terceiro apresenta alternativas para uma perspectiva de trabalho quilombista [livre].

O mundo do trabalho no Brasil

O marco fundador das relações de trabalho no Brasil está ligado ao genocídio dos povos indígenas e à escravização de africanos. O sistema colonial transformou corpos negros em mercadoria, na mesma intensidade em que desumanizou sua cultura, tradições, saberes e identidade. Esse processo criou e efetivou uma lógica de exploração que está para além do trabalho físico, pois nega às populações negras a possibilidade de autonomia e participação plena no circuito social (Nascimento, 2021). Essa negação ocorre porque a escravização surge acompanhada de um conjunto de violências simbólicas, nas quais a cultura das pessoas escravizadas fica subordinada à cultura, saberes, costumes e identidade do colonizador [europeu] (González, 2020).

No período pós-abolição, não houve a integração da população negra ao mercado de trabalho. Ao contrário, Sueli Carneiro (2011) aponta que a abolição da escravidão foi seguida

por estratégias de exclusão sistemática, que impediram o acesso dos negros à terra, à educação e aos empregos formais. No caso das mulheres quilombolas, de acordo com Saffioti (1978) no final do século XIX e início do século XX, ainda libertas, muitas mulheres negras continuaram a trabalhar em casas de famílias em troca de comida, sem que tivessem nenhuma proteção legal. Apontavam que o trabalho doméstico desempenhado por estas mulheres não se constituía de caráter econômico, pois eram consideradas “membros da família” e não trabalhadoras.

Além disso, as estratégias citadas por Carneiro (2011) são reatualizadas dia a dia e ocorrem sob tutela e legalidade do Estado, como é o caso da reforma trabalhista sancionada pela Lei nº 13.467/2017. Em tese, as proposições de uma reforma supõem um conjunto de melhorias, facilitações e aprimoramentos. No entanto, o acordo firmado durante o Governo de Michel Temer (2016-2019) cria e modifica inúmeros dispositivos que assegurava os trabalhadores e balizavam as relações trabalhistas. Dentre o conjunto de medidas que foram modificadas, estão as flexibilizações contratuais, flexibilização das jornadas de trabalho, flexibilização das formas de pagamento, relativização das normas e padrões de segurança e a flexibilização sindical. Ambas as modificações produziram marginalização e desamparo dos trabalhadores, em sua maioria negros e assalariados (Lopes et al., 2020).

A marginalização dessa população os empurra para os postos de trabalho precarizados, desvalorizados e informais. Atualmente, essa marginalização é sustentada por uma condição de desinvestimentos materiais e simbólicos – racismo estrutural e institucional que hierarquiza as pessoas negras nos estratos mais baixos da sociedade (Nascimento, 2021). Além disso, além da exclusão empreendida pelo Estado, há fatores que se somam e agravam a maneira como o sujeito se localiza na sociedade. Para as mulheres negras, é possível destacar um enfrentamento triplo de opressões: racial, de gênero e de classe (González, 2020). Além disso, se pensarmos nas mulheres quilombolas, a etnia surge como um quarto componente de opressão.

Em *Racismo, sexism e desigualdade no Brasil*, Sueli Carneiro (2011) evidencia a continuidade do regime escravista ao apresentar a realidade de mulheres negras no mercado de trabalho. Elas estão nas piores ocupações e são maioria no trabalho doméstico formal e informal. Em documento publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), das 5,7 milhões de mulheres no trabalho doméstico, 63% são mulheres negras. Beatriz Nascimento (2021) denuncia essa realidade em seus escritos e chama a atenção para o papel central das mulheres negras quilombolas nos processos de resistência e organização comunitária, que frequentemente é invisibilizado. Essas mulheres atuam como pilares de suas comunidades, exercendo trabalhos essenciais, mas que não são reconhecidos como parte da economia formal. Esse descompasso reflete a lógica capitalista-colonialista que subestima o valor do trabalho reprodutivo e comunitário.

Essa realidade é também apresentada pela maneira em que o Brasil se localiza na economia mundial. Como parte do Sul Global, o Brasil é integrado ao mercado internacional de modo subordinado. Essa posição perpetua a dependência econômica e uma precarização potencializada do trabalho (Santos, 2001, 2006). Essa dependência econômica impõe aos países periféricos reverbera na forma como o trabalho é estruturado localmente, reproduzindo as desigualdades históricas na contemporaneidade. Essa dinâmica global reflete a continuidade de uma colonialidade econômica que expressa a dependência fundamental da exploração de mão de obra, sobretudo de pessoas negras.

Esta subordinação econômica coloca as populações negras e periféricas como reféns, concentrando-as em empregos informais e de baixa remuneração. Essa lógica global não apenas exclui, mas também aliena. A tecnologia e a modernização, em vez de democratizar o trabalho e facilitar a vida dos trabalhadores, têm reforçado as desigualdades, ao priorizar o lucro, a eficiência e a produtividade sobre o bem-estar humano (Santos, 1999, 2005, 2006; González, 2020).

Mudam-se os períodos históricos, os estágios do desenvolvimento do capital, mas sua estrutura colonialista se mantém. Nesse panorama, ao mesmo tempo que o capital se propõe ultramoderno, seus fundamentos revelam-se muito arcaicos e apontam para a contradição fundamental de que sua “modernização” necessita fundamentalmente do seu caráter tradicional, brutal e de suas práticas tradicionais, pautadas na colonialidade (Guimarães Júnior & Freitas, 2024, p. 4).

Apesar do avanço e consolidação das estruturas opressivas supracitadas, os saberes ancestrais dos quilombos apresentam perspectivas de resistência e reestruturação do campo do trabalho no Brasil, que se amparam numa dinâmica coletiva. Bispo dos Santos (2015) e Bispo dos Santos e Pereira (2023), em suas reflexões, criticam o modelo econômico que explora os territórios, o corpo, a liberdade e os recursos das comunidades tradicionais. Segundo ele, esse modelo, baseado no extrativismo e na mercantilização, não considera os modos de produção quilombolas e indígenas, que são organizados de forma coletiva e respeitam os ciclos naturais. Ele propõe uma “reexistência” baseada na ancestralidade e na valorização da terra como bem comum. Os modos de organização coletiva das comunidades, a resistência cultural e relação com o território que não está submetida ao lucro, oferecem uma perspectiva alternativa ao modelo capitalista de trabalho a partir de uma *outra laborização*. Rompendo com as lógicas de exploração impostas pela modernidade ocidental e priorizando a coletividade, a sustentabilidade e a dignidade humana (Nascimento, 2021; Santos, 2001, 2006). Não obstante: [...] não basta apenas a oposição ao abuso do capitalismo à força de trabalho e ao aumento da mais-valia, precisa-se de muito mais, como a defesa da vida no planeta e a ultrapassagem dos arranjos organizativos da lógica da produção capitalista que degrada o ambiente, produz acumulação de capital com profunda concentração de renda e aumento das desigualdades sociais (Guimarães Júnior & Freitas, 2024, p. 10).

Ainda, (re)pensar campo do trabalho, envolve revisitar os processos históricos, subjetivos e culturais que sustentam a sociedade brasileira, bem como desmontar as fortalezas teóricas que muitas vezes se apresentam como inatingíveis e intocáveis, reproduzindo e reatualizando violências cotidianamente enfrentadas por trabalhadores brasileiros. Outrossim, assim como os quilombos se relacionam com o trabalho pela via da coletividade, é dispensável apontar que a superação dessas mazelas será possível apenas pela via de organizações coletivas e comunitárias.

Sobre a falência da psicologia do trabalho

A psicologia do trabalho, tradicionalmente concebida como uma disciplina voltada para a análise e a melhoria das relações laborais, enfrenta um momento de crise e falência na contemporaneidade. Esse cenário decorre, em grande medida, das transformações profundas ocorridas no mundo do trabalho, incluindo a flexibilização, a precarização, a expansão da economia digital e a crescente alienação dos trabalhadores em relação ao sentido de suas atividades. Esses fatores expõem os limites de uma psicologia que, muitas vezes, permanece atrelada a perspectivas reducionistas e funcionalistas, incapazes de responder aos desafios impostos pela realidade atual (Figueiredo, 1989; Guimarães Júnior & Freitas, 2024).

Segundo Martín-Baró (2014), o caminho assumido pela psicologia nas investigações sobre o mundo do trabalho tem sido a dos setores no poder: o patrão, o proprietário, o diretor. Dessa forma, as intenções propostas têm sido a de adequar o trabalhador às exigências produtivas e não a de alinhar a produção às necessidades do trabalhador. Não obstante, o modelo interpretativo das relações de trabalho geralmente empregadas se assemelha ao médico, examinando os processos de trabalho em função de seu impacto sobre a saúde mental das pessoas, visto muitas vezes como um estado individual, desconsiderando determinantes socioeconômicos mais amplos que afetam os trabalhadores.

Além disso, a psicologia do trabalho tem priorizado modelos que reduzem o trabalhador a um agente produtivo. Ao focar na maximização da eficiência, no ajuste comportamental e na adaptação às demandas organizacionais, esse campo teórico negligencia aspectos fundamentais como as condições estruturais de trabalho, a saúde mental, a subjetividade, o impacto das relações de poder e a liberdade. Esse viés funcionalista contribui para a perpetuação de dinâmicas opressivas, ignorando os efeitos de fenômenos como a exploração, o racismo estrutural e institucional e o sexismo (Lopes et al., 2020).

A flexibilização do trabalho, caracterizada pela ascensão de contratos temporários, jornadas instáveis e informalidade, desafiou a psicologia do trabalho a repensar suas bases conceituais e práticas. Contudo, a disciplina tem se mostrado insuficiente para lidar com os impactos dessa precarização. Essa limitação se dá, em primeiro lugar, pelo processo de criação da teoria, que ocorre na Europa, e com isso reflete pouco sobre a realidade latino-americana, mas também há um componente forte relacionado à globalização (Figueiredo, 1989; Santos, 2006).

Com o crescente avanço tecnológico, alguns processos vêm sendo constantemente automatizados, isso faz com que muitos trabalhadores vivenciem uma desconexão profunda entre as atividades desempenhadas e os resultados concretos de seu trabalho. Essa alienação se agrava conforme avança a lógica neoliberal, que promove a hipercompetitividade e o esvaziamento do sentido do trabalho (Guimarães Júnior & Freitas, 2024). Assim, a psicologia, ao negligenciar essas dimensões estruturais e estruturantes do circuito social, limita-se a pensar os sintomas da alienação, como burnout e ansiedade, sem questionar o modelo organizacional que os produz.

Outro aspecto que denuncia a falência da psicologia do trabalho é sua dificuldade em refletir e articular as condições interseccionais que estruturam e moldam os ambientes laborais. Raça, classe, gênero e etnia muitas vezes são vistos como questões periféricas e sumárias,

quando na verdade são responsáveis por moldar a experiência do trabalho e localizar o trabalhador como agente central (Guimarães Júnior & Freitas, 2024). A falta de uma abordagem interseccional na psicologia do trabalho reforça sua incapacidade de atender às demandas de uma força de trabalho cada vez mais diversificada e complexa.

Há que se pensar também no papel e no lugar que o psicólogo do trabalho ocupa. Se até aqui falou-se da falência da psicologia no campo laboral, poderíamos dizer que estariam também falidos os psicólogos do trabalho? Sem sombra de dúvida a falência é coletiva. O psicólogo do trabalho, como trabalhador, está na mesma condição de qualquer outro, recai também sobre ele as consequências da reforma trabalhista e da ideologia neoliberal.

Ele pode entender de maneira otimista a livre negociação entre trabalhador e mercado, porque intenciona somente a ideia que se quer transmitir – a liberdade e autonomia do trabalhador –, sem se dar conta de compreender que a realidade concreta indica outra: a reificação do trabalhador por relações desiguais, desumanizadoras, que são necessárias para sustentar o capitalismo. Desprovido do raciocínio que desvela a dialética das relações, e alienando seus saberes e fazeres à ideologia neoliberal, resta ao psicólogo ser guardião da mesma, exercendo este papel ao replicar o *status quo* vigente. Nestes casos, seus empreendimentos tendem a se orientar para a adequação/ajustamento do trabalhador ao mercado, sem ter consciência que são por essas mesmas ações que ele próprio se aliena a ideologia neoliberal e às demandas do mercado (Lopes et al., 2020, p. 13).

Ainda que o psicólogo do trabalho esteja submetido a essa lógica, ele também pode atuar como agente transformador na superação dessa realidade. É importante que ele reconheça a realidade concreta do contexto que atua e também de como fundamenta sua construção relacional, além disso, é importante que ele compreenda os processos históricos, culturais e contemporâneos no mundo do trabalho. Saber identificar as mazelas produzidas pelas

flexibilização e precarização trabalhista, bem como tensionar as atualizações colonialistas enraizadas no campo laboral brasileiro (Lopes et al., 2020).

Apesar de seu esgotamento, a psicologia do trabalho pode ser reconfigurada para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Isso exige uma abordagem crítica e interdisciplinar, que integre análises históricas, econômicas e culturais. A psicologia deve se voltar para práticas emancipatórias, que priorizem a saúde integral do trabalhador, reconheçam as dinâmicas estruturais e atuais do colonialismo [capitalismo], além de promover a autonomia e o bem-estar coletivo (Guimarães Júnior & Freitas, 2024; Martín-Baró, 2014). A falência da psicologia do trabalho não precisa ser definitiva. Ao romper com o paradigma funcionalista e abraçar uma perspectiva crítica, a disciplina pode se reinventar como uma ferramenta de resistência e transformação social, contribuindo para a construção de um mundo do trabalho que priorize saúde e vida digna.

No mais, qualquer ação do psicólogo que possa superar as condições concretas atuais, sem que as replique, somente poderá ocorrer a partir da consciência que reflete e critica a situação sociomaterial, incluindo o mesmo movimento sobre si nessa situação. Impossibilitado de compreender o que é idealizado para o trabalhador que, por conseguinte, forja a sua condição concreta e real, seu único esforço será o de conservar e contribuir para as mazelas que as condições neoliberais de trabalho produzem.

Assim, Martín-Baró (2014) propõe uma alternativa à psicologia do trabalho, apresentando a construção da psicologia política do trabalho. Embora com limitações referente as questões negras do Brasil, apresenta um percurso genuíno de superação da lógica mercadológica e colonial impregnada nas perspectivas teóricas tradicionais da psicologia. Ele propõe “extrapolar os limites da empresa, situando-a no contexto mais amplo de nossas sociedades” (Martín-Baró, 2014, p. 622). Aqui, talvez a ideia seja extrapolar a perspectiva de

Martín-Baró e pensar uma Psicologia Quilombista do Trabalho, que parta da perspectiva quilombola, e esteja amparada no território, na coletividade e na liberdade.

Psicologia quilombista do trabalho: Propostas para um laborar sem penar

O conceito de quilombismo proposto por Abdias Nascimento (2020), oferece uma visão transformadora e inclusiva para o mundo do trabalho. Inspirada nas práticas coletivas e autônomas das comunidades quilombolas, esse conceito propõe um rompimento com as lógicas capitalistas de exploração, precarização e exclusão. Além disso, sugere alternativas baseadas na solidariedade/coletividade, na valorização dos saberes ancestrais, na reestruturação das relações de produção, na garantia do território e no combate à exploração. O que se pretende aqui, é tomar como referência o livro de Abdias Nascimento e propor trilhas para uma perspectiva teórica que (re)pense o campo laboral a partir dos negros e de seus territórios.

Inicialmente, a ***trilha I*** diz respeito à economia solidária e ao cooperativismo comunitário enquanto prática de atuação. Um dos pilares do trabalho quilombista é a coletividade. Inspirados na organização autônoma e independente dos quilombos, os modelos de economia solidária e cooperativismo comunitário são alternativas que desmontam o molde produtivista, capitalista e individualizante (Nascimento, 2020). Primeiro porque esses sistemas promovem a divisão equitativa dos lucros, segundo porque há uma gestão compartilhada das atividades e terceiro porque propicia uma autossuficiência econômica comunitária. Além disso, essa perspectiva prioriza o bem-estar coletivo em vez do lucro individual. É um caminho alternativo frente à fragmentação dos sindicatos e da classe trabalhadora. Ainda, a agricultura familiar produzida nos territórios quilombolas, é uma expressão da promoção do desenvolvimento sustentável como prática de economia solidária (Silva et al., 2021), além de promover autonomia da comunidade, consolida e fortalece a relação dos trabalhadores com o próprio território. No caso do psicólogo do trabalho, ele pode atuar no processo de facilitações

grupais, no desenvolvimento de competências coletivas, na valorização e promoção das diversidades, na articulação com outras frentes comunitárias locais, na aproximação dos trabalhadores com o próprio território e no fortalecimento sindical (Lopes et al., 2020).

Em segundo, a ***trilha II*** contará com a valorização dos saberes ancestrais e práticas sustentáveis. A perspectiva quilombista reconhece a importância dos saberes tradicionais e das práticas sustentáveis, que constantemente são invisibilizados e subestimados pelo mercado de trabalho convencional (Nascimento, 2020). O saber médico, alinhado com a lógica capitalista, promove o descarte de saberes fundamentais para os territórios. O trabalho de agricultores familiares, de parteiras e benzedeiras, por exemplo, são colocados em debate por não estarem submetido à lógica de mercado colonialista. Nessa medida, o psicólogo do trabalho pode fomentar o reconhecimento e fortalecimento dos saberes ancestrais, identificar e mapear os conhecimentos tradicionais locais, desenvolver atividades voltadas para fora das organizações, apoiar a criação e a implementação de modelos de trabalho sustentáveis, articular e construir projetos e encontros que discutam a memória cultural de cada trabalhador. Estas práticas podem suscitar uma relação de trabalho mais circular e alinhada com a cultura local, identitária e dos saberes tradicionais.

Seguindo, a ***trilha III*** visa uma reestruturação das relações de produção. A perspectiva quilombista questiona a lógica hierárquica e exploratória do trabalho contemporâneo. Como alternativa, o que se sugere é a criação de relações de produção circulares baseadas na solidariedade e no compartilhamento de recursos. Isso pode ser implementado por meio de redes de produção e consumo locais, onde os trabalhadores tenham maior controle sobre os processos produtivos e a distribuição dos resultados. Além disso, modelos de autogestão em empresas e empreendimentos podem fortalecer a autonomia dos trabalhadores.

A atuação do psicólogo do trabalho baseada em uma reestruturação das relações de produção implica uma abordagem crítica e transformadora que visa construir ambientes mais

justos, colaborativos e voltados para o bem-estar coletivo, em oposição às práticas tradicionais que priorizam exclusivamente o lucro e a produtividade o psicólogo do trabalho pode identificar como as relações de poder, a divisão do trabalho e as estruturas hierárquicas afetam o bem-estar dos trabalhadores; avaliar como o excesso de controle, pressão por metas e falta de autonomia impactam no sofrimento psíquico; estimular práticas que substituam a competição individual por modelos colaborativos e interdependentes; facilitar o envolvimento dos trabalhadores em decisões relacionadas à organização do trabalho; desarticular os processos de alienação, auxiliando os trabalhadores a resgatarem os sentidos do trabalho; trabalhar em colaboração com sindicatos, movimentos de trabalhadores e iniciativas sociais no fortalecimento e luta por condições dignas de trabalho (Guimarães Júnior & Freitas, 2024; Lopes et al., 2020).

Outro fator é a garantia de direitos territoriais e econômicos, componentes da *trilha IV*. A garantia de direitos territoriais para comunidades quilombolas e populações tradicionais é essencial para que essas populações desenvolvam sistemas econômicos autônomos. Políticas como a regularização fundiária e o financiamento de projetos comunitários voltados para a geração de trabalho e renda fortalecem essas comunidades e permitem a consolidação de modelos produtivos sustentáveis e inclusivos (Nascimento, 2020, 2021). Nesse sentido, pode o psicólogo do trabalho pode realizar ações educativas grupais para informar comunidades e trabalhadores sobre seus direitos territoriais e econômicos; promover treinamentos voltados para gestores, trabalhadores e comunidades sobre os impactos das relações econômicas e territoriais na saúde e no bem-estar; desenvolver a ideia de que o território é mais do que um espaço físico, sendo um componente essencial da identidade e da saúde mental coletiva (Santos, 2005, 2006); além de criar iniciativas que reforcem o vínculo emocional e cultural dos trabalhadores com seus territórios.

Por fim, a *trilha V* diz respeito ao combate à precarização dos trabalhadores e o enfrentamento às hierarquizações. Isso inclui políticas afirmativas que garantam a inclusão de pessoas negras em diferentes setores e níveis do mercado, bem como o combate às formas de trabalho informal e mal remunerado. Alternativas como a regulamentação do trabalho doméstico, do trabalho de cuidado e o apoio à formalização de empreendimentos negros são passos importantes nesse processo (Davis, 2016; González, 2020). Assim, pode o psicólogo do trabalho realizar mapeamentos para identificar condições de trabalho precárias, como baixos salários, falta de benefícios, insegurança no emprego, jornadas exaustivas e ausência de proteção social. Auxiliar as organizações a adotarem práticas que garantam salários justos, estabilidade no emprego, benefícios e diversidade. Apoiar a transição de trabalhadores informais para situações de emprego formal, com direitos garantidos. Propor e implementar medidas que previnam acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Sensibilizar lideranças sobre os impactos negativos da precarização e hierarquização, além de promover espaços que desarticulem as barreiras estruturais de discriminações baseadas em gênero, raça, idade, etnia, deficiência ou orientação sexual (González, 2020; Guimarães Júnior & Freitas, 2024; Lopes et al., 2020; Pereira, 2016).

Considerações finais

A abordagem quilombista do trabalho oferece uma visão revolucionária e profundamente humanista, enraizada na experiência histórica de resistência e organização das populações afrodescendentes, prioriza a coletividade, a sustentabilidade e a justiça social. Essa abordagem propõe um caminho para a psicologia do trabalho superar as desigualdades do mundo do trabalho contemporâneo e construir um futuro laboral que esteja à serviço do bem-estar do trabalhador, com proposições de dignidade e alinhado com as tradições e saberes

afrodiáspóricos (Nascimento, 2020, 2021). Sabemos que essa articulação não é uma resposta fim para os desafios impostos pela modernidade à classe trabalhadora, visto que

[...] há uma transformação paradigmática da psicologia do trabalho sustentada em uma perspectiva ao mesmo tempo clínica, interdisciplinar e política. ‘Clínica’ no sentido de dever ocupar-se com o ‘sujeito em situação’, sendo o cerne desta preocupação a compreensão do sentido do trabalho [individual e coletivo] para aqueles que o realizam. ‘Interdisciplinar’ no sentido de ocupar-se com a complexidade histórica em curso e que, por sua vez, exige ser apreendida a partir de um conjunto de disciplinas que permitam o desvelamento do ‘concreto’ em sua multiplicidade de determinações e contradições [...] Por fim, que tal transformação paradigmática incorpore no âmago da própria psicologia do trabalho a esfera política compreendida como dimensão necessária e essencial a toda atividade científica orientada por uma práxis humanamente ética e transformadora, como aponta Lhuilier (Lopes et al., 2020, p. 13).

Dessa forma, o que se pretende aqui não é apresentar um percurso idealista. Ideal é o contrário de real e também do que se propõe a condição de humano, e sabe-se bem que não foram poucos os empreendimentos de retirada de humanidade da população negra. O que se apresenta aqui é, talvez, uma outra alternativa de debate e enfrentamento, que discuta, reestruture e coloque em questão a colonialidade nas relações de trabalho. Não é o Psicólogo do trabalho que irá subverter por completo a lógica de precarização, opressão e adoecimento no campo laboral, tampouco a psicologia quilombista do trabalho. Entretanto, podem ser eles (psicólogo do trabalho e psicologia quilombista do trabalho) responsáveis por semear transformações e trilhas que extrapolam a lógica de exploração e dessubjetivação dos trabalhadores.

Referências

Bispo dos Santos, A. (2015). *Colonização, quilombos: Modos e significações*. INCTI/UnB.

http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_QUILOMBOS.pdf

Bispo dos Santos, A. B., & Pereira, S. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu.

Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro Edições.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo editorial.

Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Figueiredo, M. A. de C. (1989). *Trabalho alienado e o psicólogo no trabalho: Algumas questões sobre o papel do psicólogo no controle da produção capitalista*. Edicon.

Filgueira, A. L. S., & Silva, M. A. V. (2019). Afrocentricidade, quilombismo e colonialidade do poder: Saberes insurgentes nas textualidades de Abdias do Nascimento e Aníbal Quijano. *Revista Temporis [ação]*, 19(2), 17–17.

<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/9086/7367>

González, L. (1984). Racismo e sexism na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2(1), 223–244.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf

González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Guimarães Júnior, S. D., & Freitas, L. G. (2024). Um olhar decolonial para a psicologia do trabalho no Brasil: Epistemologias e imaginários para além da mercado-lógica do

capital. *Revista Trabalho (En)Cena*, 9, e024028. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e024028>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (IPEA). (2021). Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da pnad contínua (pp. 67–104). In IPEA. *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: Dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerados no Brasil*. IPEA.

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11443/1/Desafios_Trabalho_cap03.pdf

Lopes, F. J. O., Silva, G. E. D., Shiozaki, M. P., & Freitas, S. M. P. D. (2020). (De)forma trabalhista: Flexibilização e precarização pela (s) perspectiva (s) da (s) psicologia (s) do trabalho. *Psicologia em Estudo*, 25, e48213.

<https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.48213>

Martín-Baró, I. (2014). Psicología política do trabalho na América Latina. *Revista Psicología Política*, 14(31), 609–624. Traduzido por Fernando Lacerda Júnior.

<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a12.pdf>

Moura, C. (1988a). Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 2(2), 44–46.

<https://www.marxists.org/portugues/moura/ano/mes/imobilismo.pdf>

Moura, C. (1988b). *Sociologia do negro brasileiro*. Editora Perspectiva SA.

Moura, C. (2001). A quilombagem como expressão de protesto radical. In *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* (pp. 103–115). Edufal.

Nascimento, A. (2020). *O quilombismo*. Perspectiva SA.

Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

- Pereira, C. O. de J. (2016). *Acesso e utilização dos serviços de saúde por mulheres quilombolas para promoção da saúde reprodutiva* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador].
- https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23866/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20C_HIRLENE%20OLIVEIRA.pdf
- Saffiotti, H. I. B. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Avenir Editora.
- Santos, M. (1999). O dinheiro e o território. *Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia*, 1(1), 7–13. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Record.
- Santos, M. (2005). O retorno do território. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, 6(16), 215–261. <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf>
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (Vol. 1; 2. reimpr.). Edusp.
- Silva, L. S. R., Reis, A. A., Cota, R. G., Silva Costa, G., & Silva, J. S. (2021). O território quilombola e sua luta por emancipação, apoderamento e autonomia: Desafios e oportunidades, à luz da economia solidária. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 13(38), 139–170.

Considerações finais da dissertação

A presente dissertação buscou lançar luz sobre as práticas, desafios e perspectivas das mulheres quilombolas, evidenciando a riqueza de seus saberes e a força de suas resistências como elementos cruciais na construção de novas possibilidades de trabalho e vida. Ao articular a experiência dos quilombos com as Psicologias do Trabalho, este estudo revelou a potência transformadora das práticas coletivas e do território como instâncias de resistência à lógica de exploração que marca as relações laborais contemporâneas.

Os objetivos do estudo 1 evidenciaram a escassez de periódicos que debruçam sobre a temática, a permanência de prejuízos causados pelo excesso de trabalho e as formas revisadas de manutenção da morte. Em contrapartida, os limites identificados no estudo propiciaram a escrita e a construção com mulheres quilombolas. Junto com mulheres do quilombo de Mesquita foi possível, no estudo 2, aproximar-se das potencialidades e contradições vivenciadas no território, sendo apresentadas as reais articulações e compartilhamentos com o campo do trabalho e intersecções produzidas por ele em suas vidas e territórios. Outrossim, em conformidade com essas intersecções, foi possível propor, no estudo 3, um diálogo entre os saberes dos quilombos com a psicologia do trabalho. Tal compartilhamento propõe, ainda que em proporções menores, uma radicalização das ciências que fragmentam, adoecem e distanciam os trabalhadores da sociabilidade digna e da condição humana.

Longe de oferecer respostas finais e definitivas, esta pesquisa se coloca como um convite à reflexão contínua e radical, sugerindo que os quilombos são muito mais do que heranças do passado: mas sim territórios vivos, dinâmicos, capazes de projetar alternativas para um futuro pautado na dignidade, na saúde integral, na singularidade, na coletividade e na justiça social. A proposta de uma Psicologia Quilombista do Trabalho emerge como uma contribuição

revolucionária, enraizada nas tradições e nos saberes afrodiáspóricos. Desafia os paradigmas hegemônicos e busca reorientar as práticas laborais para o bem-estar humano.

Reconhece-se, ainda, que as limitações desta pesquisa abrem espaço para futuras investigações que aprofundem o entendimento do trabalho e do território a partir das vivências das mulheres quilombolas e de outras perspectivas de gênero, incorporando metodologias participativas e transdisciplinares. É imprescindível ampliar o diálogo com as próprias protagonistas, valorizando suas vozes e perspectivas, para construir um campo de conhecimento mais próximo dos trabalhadores brasileiros e comprometido com a transformação social.

Por fim, a articulação entre o território quilombola e os campos de estudo sobre trabalho permite vislumbrar novos horizontes de resistência e recriação. Ao tensionar as bases do capitalismo e reafirmar aquilo que resiste à desagregação do sujeito e da vida, esta pesquisa aponta para a urgência de práticas acadêmicas e sociais que se engajem com a luta por vida digna e pela preservação dos modos de vida tradicionais. Assim, iniciar novas perguntas, mediar novos desafios e iniciar possibilidades de uma sociabilidade mais ética, sustentável e digna tornam-se tarefas centrais, alinhadas à expressão radical e transformadora que pulsa no coração dos quilombos e na luta das mulheres que neles habitam.

Apêndice I – Roteiro de condução – grupo focal



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA
MESTRADO

ROTEIRO DE CONDUÇÃO – GRUPO FOCAL

Inicio: Informar sobre a pesquisa; solicitar autorização para gravação e a possibilidade de assinatura do termo de consentimento.

Apresentação: dizer o nome, idade, algo que gosta muito (comida, música, cor) e o que mais gosta de fazer na comunidade.

Perguntas Disparadoras:

- 1) O que é trabalho para vocês?
 - a) Com quem aprendeu a trabalhar?
- 2) O que o território representa para vocês?
- 3) Pra vocês, de que maneira o trabalho se relaciona com o território?

Finalizar: Agradecer pela disponibilidade; informar sobre a importância do momento; reiterar que a pesquisa é conjunta e que durante o processo de escrita as informações seriam compartilhadas.

Anexo I – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Mulheres Quilombolas, Trabalho e Bem-Viver*”, de responsabilidade de *Fábio Gonçalves Ferreira*, estudante de *mestrado da Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *investigar quais relações as mulheres quilombolas de Mesquita estabelecem com suas atividades laborais*. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *grupo focal e entrevistas semi-estruturadas*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em riscos, no entanto, caso haja *desconforto, cansaço ou vergonha ao responder as perguntas*, estes aspectos serão minimizados com a disponibilidade do pesquisador (psicólogo) para apoio emocional bem como extensão para que o encontro ocorra em outros dias a fim de suprimir quaisquer influências ou riscos na vida dos sujeitos.

Espera-se com esta pesquisa *evidenciar as definições que mulheres quilombolas têm sobre o trabalho que exercem, quais atravessamentos vivenciam, estratégias para lidar com o campo laboral, bem como verificar possíveis direcionamentos para uma relação com o trabalho que seja menos penosa e/ou adoecedora*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (38) 99734-7130 ou pelo e-mail fabricioferreira.psicologia@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de *apresentação formal; envio de textos referente ao andamento da pesquisa; bem como envio do material publicado em comunidade científica*.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____

Anexo II – Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa

Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado *Mulheres Quilombolas, Trabalho e Bem-Viver*, sob responsabilidade de *Fábricio Gonçalves Ferreira* vinculado/a ao/à *Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília*.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para *análise por parte da equipe de pesquisa e atividades educacionais*.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do/da pesquisador/a responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura do participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____